



Central de Mandados afasta os juizes dos processos?

Contribuição Sindical nas Entidades do Judiciário

Servidores do Judiciário: Doenças adquiridas no trabalho

LC nº 1010/2007 - SPPREV - Autoritarismo explícito do Poder Executivo

“Dificilmente os dirigentes de outros poderes cometem improbidades sem o aval do Judiciário” (Ministra Eliana Calmon)

Spacca

Tribunal anuncia índice de reposição e contratação de Oficiais e Escreventes

Após três reuniões infrutíferas neste ano, o Tribunal anuncia índice de 6,43% retroativo a março

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Roberto Bedran, anunciou 6,43% como índice de reposição salarial, retroativo a março de 2011. Além disso, foi anunciada a nomeação de 200 Oficiais de Justiça e 300 escreventes. O comunicado foi realizado durante reunião no Palácio da Justiça, com a presença da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP) e demais entidades que representam os servidores do Judiciário.

“O Tribunal está procurando cumprir aquilo que foi solenemente acordado. Não é possível, de imediato, estabelecer uma folha suplementar neste mês. Tenho certeza que na folha de junho, no dia 4, este valor já estará implementado no holerith de todos os servidores.”, afirmou o Des Bedran.

Segundo o presidente do Tribunal, o aumento no vale alimentação para R\$ 25,00, concedido no fim do ano passado, trouxe grande impacto ao orçamento do TJ-SP, de modo que ficou difícil reestruturar as contas para este ano.

Continuando, o presidente do TJ-SP disse que continuará buscando uma maneira de pagar o que é devido aos servidores.

“No momento é o que podemos oferecer. Eu sei que há os 4,77% (devido do retroativo entre março e novembro de 2010). Nós vamos continuar no trabalho, na tentativa de mais recursos orçamentários, que todos sabem, provém do Executivo”, disse o



Yvone entregou ao Des. Bedran uma cópia da entrevista que a Ministra Corregedora do CNJ, Eliana Calmon, concedeu à TV Senado.



Desembargador Willian de Campos e assessores debatem detalhes da proposta de reposição apresentada pelo Tribunal de Justiça.



Des. Willian de Campos: de mãos vazias para cumprir o acordo que colocou fim à greve de 127 dias.

desembargador Roberto Bedran. O desembargador Willian de Campos complementou dizendo que a partir de agosto há a pretensão de pagar mais 1,57%, para completar os 8% acordados, inicialmente, em reuniões anteriores.

Após o anúncio, o presidente

Bedran se ausentou da sala deixando o Des. Willian Roberto de Campos e os juízes assessores José Eduardo Marcondes Machado e Hamid Charaf Bdine Júnior, para que continuassem as negociações. Mas antes, a presidente da AOJESP, Yvone Barreiros Moreira, entregou ao Des. Bedran uma cópia da entrevista que a Ministra Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon, concedeu à TV Senado (**leia a transcrição desta entrevista nas páginas 16 e 17 desta edição**). Bedran agradeceu e disse ser espectador do programa de TV, Tribuna Judiciária.

A aprovação do Projeto de Lei Complementar 49/2010, que dá direito aos 4,77% de reposição para estenotipista e pesquisador também foi comentado na reunião. De acordo com Dr. Hamid, o Tribunal respeitará a Lei e está aguardando a sanção do gover-

nador Alckmin para começar a pagar.

O presidente da FESPESP, José Gozze, cobrou o repasse dos índices de reposição para os aposentados. De acordo com Dr. Marcondes, o ex-presidente da comissão salarial Des. Antonio Carlos Malleiros já devolveu o estudo que vinha sendo feito, porém não há ainda uma posição sobre a situação dos aposentados.

Antes de encerrar a reunião, o representante da presidência, Des. Willian de Campos disse que as próximas reuniões deverão ser distribuídas entre as comissões de orçamento e finanças, salarial etc, porém, marcou novo encontro para **17 de junho**, quando deverá ser discutido o mutirão de greve e os demais pontos reivindicatórios.



TRIBUNA JUDICIÁRIA

Órgão Oficial da
AOJESP - Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo

A AOJESP é filiada à FOJEBRA, FESPESP e ANSJ

Sede Própria:
Rua Tabatinguera, 140 - conj. 07
CEP 01020-000 - São Paulo - SP
Fone: PABX (011) 3585-7800

www.aojesp.org.br
aojesp@aojesp.org.br

Diretoria Executiva

Yvone Barreiros Moreira: *Presidente*
Luiz Orlando P. Frasson: *Secretário Geral*
Carlos Alberto Roccatto: *1º Secretário*
Enizal Vieira: *2º Secretário*
Oton José Batista da Silva: *Tesoureiro Geral*
Jonas Barbosa: *1º Tesoureiro*
Abidala Ascar: *2º Tesoureiro*

Conselho Fiscal

Eduardo Romeiro
Atahualpa H. Tomaz de Aquino
Acácio Simões dos Santos
Mário Medeiros Neto
Benvindo Marques Carneiro
Aparecido de Oliveira Camargo
Sonia Maria de Sá Macedo

Conselho Regional

Paulo Henrique Correa
Emerita Rivera Salgado
Osmar Campoli
Luís Cláudio R. Ramos
Valdemir A. Castilho
Sérgio Ramos Aiello
Almir Silveira Bittar

Jornalistas Responsáveis:

Luiz Felipe Di Iorio Bastos (MTB 46.736-SP)
João Paulo Rodrigues's (MTB 977-AL)

Textos:

João Paulo Rodrigues's
Luiz Felipe Di Iorio M. Bastos
Yvone Barreiros Moreira

Fotos: acervo da AOJESP

Arte e Diagramação:
Silvio Ramos Jr./Teor Comunicações

Tiragem: 20.000

O MUNDO INTRINCADO E PROLIXO DAS LEIS E OS SERVIDORES PÚBLICOS

Para se ter certeza de que os servidores públicos, há muito tempo, têm sido vítimas de uma ineficiente administração pública, no mínimo, são necessários conhecimentos mínimos de história, geografia, sociologia, psicologia e Direito, neste uma boa parcela das leis e das Constituições Federal e Estadual.

A ineficiência e a ineficácia assim são consideradas por nós, trabalhadores e povo. Para os donos do poder existe o máximo de competência. São eficientes, eficazes, sutis, generosos para interesses pessoais, de ampliação do patrimônio pessoal, aumento de poder, ampliação das relações sócio-econômicas e assim chegar ao poder máximo da Nação, à Presidência da República. Barganhas econômicas e políticas entre homens do poder público com seus pares do mundo privado onde o lucro e a exploração dos seres humanos é uma constante. Os integrantes da comunidade privada, capitalista e individualista, historicamente, sempre se aproximaram das benesses concedidas por aqueles que atingem o poder máximo de uma Nação. Sugam ao máximo os recursos do Estado. Se houvesse uma auditoria séria nestes casamentos entre certos homens públicos e empresas, parentes dos governantes e parlamentares iria morar nos presídios. Enquanto isto não acontece, sutilmente e/ou ostensivamente introduzem seus



anseios nos textos das leis. Entendendo esses mecanismos dos poderes, chegamos à conclusão de que servidores públicos e trabalhadores assalariados em geral, muitas vezes, inocentemente, através de seus votos colaboram com os bandidos e marginais que se apossam dos poderes. Este preâmbulo é para falar sobre a perda do REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA dos seguintes servidores públicos:

- Servidores Públicos da União
- Servidores Públicos dos Estados
 - Servidores Públicos dos Municípios
 - Servidores Públicos do Distrito Federal
 - Militares dos Estados e do Distrito Federal

Como não dispomos de espaço para, didaticamente, falarmos sobre o assunto, elencamos algumas leis que tratam do tema, sendo as primeiras fontes a serem consulta-

das, as Constituições Federal e a Estadual.

- Lei nº 9.717 de 27/11/98, alterada pela Medida Provisória nº 167 de 19/02/04 e Lei nº 10.887 de 18/06/04
- Lei Complementar nº 101, de 04/05/00
- Lei Complementar nº 109, de 29/05/01
- Lei Complementar nº 108, de 29/05/01
- Lei nº 10.887, de 18/06/04, alterada pela Lei nº 12.350, de 20/12/10, pela Medida Provisória nº 497, de 02/07/10 e pela Medida Provisória nº 449, de 03/12/08 que foi convertida na Lei nº 11.741, de 27/05/09
- Medida Provisória nº 167, de 19/02/04, convertida na Lei nº 10.887, de 18/06/04 (dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27/11/1998; 8.213, de 24/7/1991; 9.532, de 10/12/1997 e dá outras providências).

TUDO ISSO PARA TRATAR DO ASSUNTO PREVIDÊNCIA PÚBLICA E PREVIDÊNCIA PRIVADA

Todos os servidores públicos perderam a sua previdência própria.

E assim os eficientes donos do Poder avançam em seus vencimentos, remunerações, subsídios e salários, tirando direitos dos trabalhadores e assegurando os seus, cujas leis são aprovadas na calada da noite ou com um vocabulário sutil, legislando em causa própria. Estamos falando dos Três Poderes, porém mais sobre o Poder Judiciário e Executivo, os maiores legisladores dos últimos anos, tornando a maioria dos parlamentares, lacaios obedientes.

Observe bem as leis e veja como os poderes se articularam para prejudicar a aposentadoria dos servidores públicos, obrigando-os a trabalhar mais tempo, em virtude da idade.

Observe ainda o esforço que os tucanos fizeram e continuam fazendo para os servidores caírem na malha da previdência complementar e privada, porém, reduzindo-lhes os vencimentos, quando deixam de cumprir o art. 37, inciso X da Constituição Federal.

Yvone Barreiros Moreira
Presidente da AOJESP,
Diretora de Formação Sindical da FOJEBRA e Diretora da FESPESP

A empáfia e o trabalho

Colegiado de Presidentes de Tribunais visa celeridade e efetividade no Judiciário sem sequer mencionar os servidores

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil elaborou a "Carta de Salvador" em evento realizado na capital baiana de 12 a 14 de maio deste ano.

A AOJESP, mais uma vez atenta às decisões dos magistrados que se refletem no Judiciário nacionalmente, tomou conhecimento da carta que, em seu conteúdo, reconhece e proclama a importância do programa "Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública", do Ministério da Justiça, onde eles pedem a inclusão de um programa de proteção aos magistrados no exercício de suas funções e apóiam incondicionalmente a celeridade e efetividade da prestação jurisdicional. A carta também critica e manifesta preocupação com as "intervensões" do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), classificando as ações do órgão como atentatórias à autonomia dos Tribunais estaduais.

Também concordamos e reconhecemos a importância de buscar um Judiciário mais célere e próximo do jurisdicionado, mas pelo jeito, como

há anos vêm fazendo, os senhores magistrados esqueceram os seus servidores que diariamente atuam e carregam um Judiciário que não lhes oferece condições dignas de trabalho e nem segurança, culminando em servidores doentes e sem condições de exercer suas funções.

Sobre as reclamações contra o CNJ, lembramos que, conforme já publicamos há alguns anos em nosso site, "Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, cabendo-lhes, além de outras atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto da Magistratura. Cabe ainda ao CNJ zelar pelo cumprimento do art. 37 da Constituição Federal bem como receber e conhecer as reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário".

Ora, se a intenção é controlar a atuação administrativa e financeira dos Tribunais, porque tanto medo do CNJ? Será que a MAGISTOCRACIA também quer as RÉDEAS DO PODER NO PAÍS?

TJ-SP nomeia apenas 200 Oficiais de Justiça

O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Roberto Bedran, em reunião com Entidades do Judiciário (20/5). Acontece que o concurso realizado em 2009 oferecia 500 vagas e na tabela de cargos vagos que o Diário Oficial publica anualmente, em 2011 existem 3.537 cargos vagos.

De acordo com Bedran, o repasse do Executivo é insuficiente e o Tribunal só tem verba para contratar imediatamente 200 Oficiais e 300 escreventes.

A nomeação dos aprovados no Diário Oficial veio após uma série de contradições, incertezas e de um mandado de segurança impetrado pelo Estado de São Paulo, requerendo a não nomeação dos aprovados no concurso. A ação foi uma resposta ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determinou a "nomeação para posse nos cargos vagos existentes ou nos que vierem a vagar no prazo de validade do concurso", diz o texto do Pedido de Providências. Para a maioria dos aprovados com quem conversamos, a situação é desoladora. "É lamentável", afirma um dos aprovados. "E agora sai esse mandado de segurança para não contratar. É nítido que eles não querem contratar nem os 500 classificados", concluiu.

Para a presidente da AOJESP, Yvone Barreiros Moreira, a situação é grave. "Quando precisamos de dois mil Oficiais para que haja celeridade processual e o Tribunal re-homologa o concurso, só 200 são chamados? O Tribunal não está preocupado com celeridade. Eles só se preocupam com os magistrados e com a aparência da Instituição", completou.

Cansados de esperar por uma decisão do Tribunal, os aprovados se organizaram e formularam um documento que comprova a falta de Oficiais de Justiça e que "ad



Yvone Barreiros e o deputado Carlos Giannazi compõem a mesa da audiência pública com os concursados.

hoc", ou seja, pessoas sem concurso, estão sendo nomeados em diversas Comarcas do Estado. Esse foi um dos argumentos utilizados pela Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP) para impetrar mandado de segurança contra o presidente do TJ-SP, desembargador José Roberto Bedran, contra a nomeação de "ad hoc", e pleiteando a nomeação dos 500 aprovados.

R\$ 12.599.769,00
foi quanto o TJ-SP
arrecadou para
nomear apenas
200 Oficiais
323.071 inscritos
pagaram 39 reais cada

A presidente da Entidade também fez, pessoalmente, o pedido ao assessor da Corregedoria Geral do TJ-SP, Dr. Claudio Pedrassi, e aos representantes da presidência, desembargador Willian Campos e os juizes assessores José Eduardo Marcondes Machado e Hamid Charaf Bdine Júnior, a quem a Yvone entregou uma petição com as reivindicações mais urgentes da classe.

A esperança dos classificados que

ainda não foram chamados continua, já que depois de re-homologar o concurso de Oficial de Justiça para capital, em 7 de fevereiro de 2011, o Tribunal de Justiça (TJ-SP) publicou no Diário da Justiça Eletrônico, em 5 de maio, a prorrogação do concurso, das 1ª a

50ª Circunscrições Judiciárias, da 52ª a 54ª Circunscrições Judiciárias e 56ª Circunscrição Judiciária do interior. Além disso, o presidente do TJ-SP afirmou que a medida que o Executivo repassar mais verba, novas contratações serão feitas.

Histórico: Os aprovados se mobilizam

Foi realizada uma audiência pública, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (14/4), para discutir a contratação imediata dos aprovados no concurso realizado há quase dois anos. A iniciativa partiu do deputado estadual Carlos Giannazi, que foi procurado pelos concursados aprovados. Para Giannazi, a audiência pública é uma arma fundamental para pressionar o Tribunal de Justiça. "É através da mobilização dos servidores, das Entidades e da população que vamos conseguir a nomeação imediata. Sem essa pressão não tem saída. A sociedade tem que entender



Não faltaram protestos contra o TJ-SP pela não nomeação dos Oficiais aprovados em concurso.

que a justiça é lenta e não funciona porque faltam funcionários e infraestrutura", afirmou o deputado. Giannazi informou ainda que enviou ofício ao Tribunal de Justiça e ao Palácio dos Bandeirantes pedindo providências pela nomeação imediata dos Oficiais. A Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP) esteve presente na audiência pública e ouviu os futuros Oficiais. A presidente da Entidade expôs um pouco da luta da classe, lembrando a garra de muitos colegas na defesa dos seus direitos e a primeira greve no Judiciário organizada pela AOJESP. Além disso, enfatizou a importância dos novos Oficiais de Justiça continuarem a luta sindical. Sobre a nomeação, a presidente completou dizendo "Nós já impetramos Mandado de Segurança contra a nomeação de 'ah hocs', e estamos há anos reivindicando junto ao Tribunal e a Corregedoria", afirmou Yvone.

Os concursados também puderam se manifestar e expressar sua indignação contra a lentidão do Tribunal de Justiça. De acordo com um dos presentes, vários concursos para servidores do Tribunal de Justiça foram realizados, e empossados, ao contrário do que ocorreu com o concurso de oficiais. "Por que eles deixam os Oficiais por último, se meus amigos escreventes dizem que faltam tantos Oficiais?", questionou um dos concursandos.

Outra candidata aprovada disse que comemorou a aprovação, gastou com a festa, fez planos para o futuro e não tem como pagar. "A partir do momento que você passa num concurso você espera começar a trabalhar e receba seu dinheiro no final do mês. Estamos esperando há 18 meses" afirmou.



AOJESP pede providências à Corregedoria sobre a Central de Mandados

A diretoria da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP) esteve reunida com os juizes auxiliares da Corregedoria, Dr. Cláudio Pedrassi (que coordena a implantação da central de mandados) e Dr. Guilherme Teodoro. O encontro, que ocorreu no dia 14 de abril, serviu para discutir diligências, centrais de mandado, nomeação imediata dos aprovados no último concurso e diversos outros problemas que dificultam a vida dos Oficiais de Justiça.

Há meses a Entidade entregou um estudo sobre as diligências que considerou os gastos com combustível, desgaste do carro, transporte público, entre outros fatores pertinentes. A AOJESP vem trabalhando para revogar os pareceres 121/08-J, 202/08-J e 311/10, que cortam drasticamente o reembolso das diligências e levam prejuízos aos Oficiais de Justiça. Sobre isso, Yvone Barreiros Moreira destacou que, na Justiça Federal, os Oficiais recebem um valor único, a GAE (Gratificação por Atividade Externa), que se incorpora aos vencimentos para fins de aposentadoria. Para Pedrassi, a criação de um ato único pode ser uma solução, mas que precisa ser estudada. "Fizemos um cálculo por meio de dados colhidos com alguns Oficiais



A presidente Yvone Barreiros e o conselheiro Benvenuto Marques reunidos com os juizes assessores Dr. Cláudio Pedrassi e Dr. Guilherme Teodoro.

de Justiça e acreditamos que os gastos com deslocamento e desgaste do carro atingem R\$ 3 mil. Menos que isso, não dá", afirmou Yvone, que já tem um estudo feito e está defendendo uma gratificação fixa para as diligências em mandados cíveis em geral.

A presidente da Entidade pediu ainda que o Tribunal devolva aos Oficiais o dinheiro que "a parte" deposita para cumprimento de diligência e não retira no prazo de 120 dias. "Esse dinheiro é do Oficial, doutor. Ele tem que ser somado e dividido entre os Oficiais". Quanto a isso, Pedrassi disse que o dinheiro é da parte e que qualquer alteração no destino desse dinheiro depende de Lei. Yvone lembrou ainda que tramita na Assembléia um projeto pré elaborado à duas mãos no gabinete do desembargador Ivan Sartori, o PL nº 11/09 que destina 20% da taxa judiciária para



reembolso de diligências, devolvendo os 10% que o Tribunal tirou da classe com a lei 11.608.

Sobre a Central de Mandados, Yvone pediu que a Corregedoria revise o Sistema de Automação do Judiciário (SAJ). "Esse sistema está transformando o Oficial de Justiça em cartorário e essa não é a função dele. Além dessa planilha tirar a fé pública dos Oficiais, ela faz com que eles percam muito tempo no cartório. Eles estão tendo que fazer fila pra certificar", disse Yvone. Ela também pediu que os Oficiais de Justiça não apregoassem as partes. Os juizes assessores demonstraram

concordar que essa função sobrecarrega ainda mais os Oficiais, sendo uma questão importante que deve ser discutida. "Não dá para apregoar, fazer plantão e diligenciar", completou Yvone, além de os juizes exigirem plantão que pode ser feito pelos escreventes, auxiliares judiciários e estagiários.

Na oportunidade, a AOJESP pediu a contratação imediata de todos os 500 Oficiais de Justiça aprovados em concurso para amenizar a atual sobrecarga de trabalho. Além disso, toda a pauta reivindicatória da Entidade foi discutida.

O Regime Especial de Trabalho Judicial (RETJ) também foi amplamente debatido. De acordo com a presidente da AOJESP, os Oficiais deixarão de trabalhar além das 40 horas semanais, não cumprirão mais mandados à noite, finais de semana e feriados. "Se o Tribunal não devolver esse direito adquirido, vamos pleitear em juízo", afirmou Yvone.

Para finalizar, a Entidade solicitou ainda que fosse discutida com o Poder Executivo a isenção de impostos para o carro e o estacionamento livre. Sobre esse último, os juizes disseram estar conversando com a prefeitura de São Paulo.

Assinatura de ponto?

A portaria nº 3.110/96, assinada pelo presidente Yussef Said Cahali conferiu a seguinte redação para o art. 91 do regulamento interno dos servidores do Tribunal de Justiça: "São dispensados do registro mecânico do ponto os ocupantes do cargo ou exercentes da função-atividade de Assistente Social Judiciário, Psicólogo Judiciário e Oficial de Justiça §2º - O Oficial de Justiça deverá comparecer diariamente ao ofício ou setor correspondente ao juízo em que lotado, assinar o ponto e aí permanecer à disposição do juiz, quando e como escalado". O provimento nº 27/2008, que teve a redação do juiz auxiliar Airton Pinheiro de Castro foi aprovado pelo Corregedor Geral Ruy Camilo, os mesmos dos maléficis pareceres nº 121 e 202, que propiciam retenção de diligências em dinheiro para o Tribunal. Alterou também a portaria nº 3110/96 e assim ficou: "Comparecer (...) assinar o ponto e aí permanecer à disposição do juiz, quando e como escalado, ressalvada a fixação de periodicidade diversa para assinatura do ponto, a cargo do Corregedor Permanente da unidade judiciária a que vinculado o serventuário, à vista de fundamentada análise das peculiares condições de serviço, o que deverá ser objeto de comunicação à Corregedoria Geral da Justiça."



Parecer da AOJESP

A função exercida pelos Oficiais de Justiça é absolutamente externa e extra cartorária, que ocorre sempre fora das dependências do Fórum, em jornada diferenciada dos demais cartorários, estando à disposição dos juizes a qualquer dia, qualquer horário do dia, de noite, durante a semana, aos sábados, domingos e feriados.

Como é que se pode querer manter o Oficial de Justiça fazendo serviços de porteiros, qualificador de partes, secretário e recepcionista para juizes? O Oficial de Justiça usufrui do art. 172, par. 2º do Código de Processo Civil, por necessidade de deslocamentos para a execução das centenas de diligências, sendo suficiente a presença dele uma vez por semana nas dependências do Fórum e documentando sua presença com a mesma Fé Pública certificada nas certidões.

Afinal de contas, o Oficial de Justiça é o juiz na rua subsidiando o magistrado com fatos e informações que resultam numa sentença. Tem cabimento o Oficial desempenhar serviços cartorários com um déficit de dois mil desses profissionais? Por aí se constata uma das causas de morosidade do Judiciário: A INEFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO NO PODER.

Yvone Barreiros Moreira
Presidente da AOJESP

Dia Nacional de Lutas: Oficiais de Justiça do Brasil se unem em Brasília



Oficiais de Justiça liderados pela AOJESP se manifestam nos corredores da Câmara Federal.



Diretores da AOJESP reunidos com o deputado federal por São Paulo, Roberto Freire.

A AOJESP foi à Brasília ao final do mês de março com um ônibus lotado de Oficiais de Justiça para, junto com os colegas de todo o Brasil, com o objetivo de representar o Estado de São Paulo no Dia Nacional de Lutas, que este ano foi celebrado no dia 23 de março (quarta-feira), para que coincidissem com a presença dos parlamentares no Congresso Nacional, já que o dia 25 caiu na sexta-feira.



Mesa do encontro: o advogado Rudi Cassel; Paulo Sérgio Costa (presidente da FOJEBRA); Joaquim Castrillon (presidente da FENASSOJAF); Yvone Barreiros (presidente da AOJESP) e Iracema Martins Pompermayer (vice-presidente da FENASSOJAF)

A **Aposentadoria Especial, o Mandado de Injunção e os PLP 554/06 e PLC 330/06, que prevêm a redução do tempo de serviço para a aposentadoria, foram os principais temas trabalhados este ano.** Para isso, foi realizada uma manifestação histórica dentro da Câmara dos Deputados, Comissão do Trabalho, de Administração e Serviços Públicos (CTASP), onde foi votado e aprovado o requerimento para uma audiência pública destinada exclusivamente as Oficiais de Justiça, em data a ser designada. Os Oficiais de vários Estados, inclusive da esfera Federal, lotaram a sala nº 12, do corredor das comissões, do Anexo II da Câmara Federal. "Este é um dos resultados do trabalho de integração e equiparação desses servidores estaduais aos federais que vem sendo desenvolvido há, 10 anos, pela AOJESP", afirmou a presidente da Entidade, Yvone Bar-

reiros, que declarou ainda: "Esta luta teve início em um encontro internacional de Oficiais de Justiça no Rio de Janeiro, evento que teve como organizadora a Oficial de justiça Vera, que presidia a Entidade local naquele momento" concluiu Yvone.

A categoria de Oficiais de Justiça reivindica a aprovação da Emenda Aglutinativa aos PLPs 554/06 e PLC 330/06, que será proposta em conjunto pela Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (FOJEBRA), da qual a AOJESP faz parte, e pela Federação Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (FENASSOJAF).



Com os deputados Arnaldo Faria de Sá (foto da esquerda) e João Dado: Oficiais de Justiça de São Paulo visitam deputados da bancada paulista no Congresso.



Aposentadoria Especial para Oficiais de Justiça: uma conquista cada vez mais próxima

No dia 24 de março, os Oficiais de Justiça do Brasil estiveram reunidos na sede da FENAJUFE, em Brasília, para uma palestra com o advogado da AOJESP, da FOJEBRA e da FENASSOJAF, Dr. Rudi Cassel. Ele é o responsável pelo Mandado de Injunção impetrado pela AOJESP, que requer a Aposentadoria Especial para Oficiais de Justiça e é autor de uma proposta de Emenda Aglutinativa aos projetos de Lei PLPs nº 554/10 e o PLS nº 330/06 (apensados), que trata do mesmo tema.

Cassel acredita estar havendo uma divergência entre o ministro Gilmar Mendes e o ministro Marco Aurélio. Para o advogado, o resultado poderá sair nas próximas semanas, mas reafirmou que a pressão da categoria junto ao Congresso Nacional abriu espaço para que uma legislação fosse criada.

Vale ressaltar que as presenças da categoria na última Audiência Pública, realizada em Brasília, fizeram com que o deputado Alex Canziani (PTB-PR), ex-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), solicitasse que os PLPs nº 554/10 e o PLS nº 330/06, que dispõem sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, passassem pela comissão antes de ir à plenária, abrindo portas para a inclusão de mais emendas. Essa manobra abriu espaço para que os Oficiais de Justiça pudessem ser incluídos nos projetos.

Com base no estudo, Dr. Rudi Cassel disse que os projetos estão desatualizados e são extremamente prejudiciais como estão, não apenas porque não inclui os Oficiais de Justiça, Agentes de Segurança e outras categorias, mas porque prejudica os servidores que estavam elencados, como os policiais.

O documento proposto pelo advogado faz importantes alterações que garantem a inclusão dos Oficiais de Justiça na lei que regula a Aposentadoria Especial para Servidores Públicos que exercem atividade de risco. Além disso, faz constar algumas ressalvas, que nos projetos originais, poderiam prejudicar alguns Oficiais.

Na Emenda elaborada por Cassel, o artigo 3º assegura que terão direito à Aposentadoria Especial aqueles homens que exercerem a função por 25 anos e mulheres por 20 anos, "independente de idade mínima", incluiu o advogado. Outra importante alteração proposta determina que aqueles que desejam continuar trabalhando, mesmo tendo cumprido o tempo de serviço, recebam um abono de permanência ao valor da sua contribuição previdenciária, de modo que os proventos finais não diminuam.



O advogado Rudi Cassel apresenta e explica os pormenores da Emenda Aglutinativa de sua autoria.

FOJEBRA realiza Assembléia Geral em Roraima

Oficiais de Justiça estaduais de todo o Brasil estiveram reunidos em Boa Vista (28 a 29/5), capital de Roraima, para realização da Assembléia Geral Ordinária (AGO) anual da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (FOJEBRA). Entre os itens votados: a apreciação das contas da Diretoria Executiva do exercício 2010, apreciação dos relatórios e planos de trabalho da Diretoria Executiva, filiação a CSPB, exclusão de Entidades e assuntos gerais.

O presidente da Fenassoja, Joaquim Castrillon, participou do evento. Representando a CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil), Castrillon explicou que a Confederação está disposta a colaborar com os Oficiais de Justiça. "A CSPB precisa dos Oficiais na Confederação. Nós é que temos que olhar para nós mesmos e lutar por nós mesmos. Nenhuma categoria reivindica pela outra", disse Castrillon sobre a proposta que viria a ser votado no dia seguinte.

O Conselho Fiscal da FOJEBRA, formado pelo presidente José Francisco Campos (RN), pela secretária Mara Saldanha (RS) e pelo titular Paulo Cesar Machado (RS), fez uma exposição minuciosa dos balancetes e balanço. De acordo com Francisco, vários erros técnicos foram encontrados nas contas, mas nenhum tipo de irregularidade. Os três conselheiros recomendaram a aprovação, que foi confirmada pela plenária. Na oportunidade, o presidente do Conselho, agradeceu o estudo atuarial enviado pela AOJESP sobre as contas da FOJEBRA até 2009. "É desse tipo de iniciativa que precisamos na Federação. Isso facilita nosso trabalho" concluiu Francisco.

Após a aprovação do relatório de atividades, o presidente da Fojebra, Paulo Sergio Costa da Costa, interrompeu a Assembléia, convocando a plenária para continuar o debate no domingo (29/5).

O convite feito para que a FOJEBRA se filie à CSPB foi o primeiro ponto a ser discutido, na manhã do domingo. De acordo com Mauro, do Ceará, a filiação beneficiaria apenas a Confederação, considerando que a Federação ainda não tem a carta sindical e não



receberia contribuição sindical. Porém, de acordo com Aquino, do Rio Grande do Norte, mesmo com o recolhimento da contribuição sindical, a Confederação não vai ganhar mais do que deve, portanto a Federação não perde nada. "Não há porque não pertencer a Confederação. A FOJEBRA está se equilibrando. Meu voto é pela filiação. Se não der certo, nos votamos em Assembléia pelo contrário.", complementou a presidente da AOJESP, Yvone Barreiros.

No debate, Ceará e Rio de Janeiro se posicionaram contrários à filiação, enquanto a maioria votou a favor da filiação.

A exclusão de duas Entidades inadimplentes também foi um ponto discutido, resultando na exclusão das mesmas. O mesmo aconteceu com a ASSOJASP, notificada por falta de comprometimento, já que não comparece aos eventos da FOJEBRA, encontrando-se, portanto, em processo de exclusão.

O terceiro item tratava do cumprimento ou não do artigo 60 do Estatuto da FOJEBRA, que estipu-

la prazo às Entidades para que se convertam em sindicato. O texto diz que as Associações filiadas à FOJEBRA terão prazo de um ano, a contar da aprovação do Estatuto, realizado em fevereiro de 2010, para promoverem Assembléia Geral, objetivando sua transformação em Entidade Sindical, com a presença de representante da Federação ou com envio imediato de cópia da ata para a FOJEBRA.

Conforme a ATA da AGO, na mesma situação estão a ABOJERIS (existe ação judicial impeditiva), AORJA (realizada assembléia e tem um impedimento no plano de cargos), AOJAM (a diretoria momentaneamente não concorda, devido uma ação favorável aos servidores), AOJESE (está em processo eleitoral), ASSOJEPAR (tem uma luta conjunta do plano de cargos com o sindicato), ASSOJERR (ação judicial impeditiva), ASSOJEPI (noticiasse que tem assembléia marcada de transformação) e a AOJESP. Sobre o processo de transição da AOJESP para sindicato, Yvone explicou que já



Yvone Barreiros defende a filiação da FOJEBRA à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Oficiais do Brasil unidos na foto oficial do Encontro.

existe um sindicato em São Paulo. Mas, que funciona como uma cooperativa de crédito, sem atividade sindical. De acordo com Yvone, existe uma aproximação entre a associação e o sindicato na tentativa de fusão. "Existe um diálogo e estamos nos propondo à unificação da classe", disse.

O tema é bastante polêmico, porque a conversão das Entidades teria como objetivo adequar a Federação para que fosse solicitada a carta sindical da Entidade. Mas, até o momento não foi feita uma solicitação de esclarecimento oficial ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre o caso. O impasse motivou o Conselho Fiscal a oficial à Diretoria Executiva, solicitando que a Assessoria Jurídica da Federação fizesse os encaminhamentos para obtenção da Carta Sindical. Dessa maneira, o advogado Dr. Rudi Cassel, ficaria encarregado de consultar o Ministério e orientar as filiadas à FOJEBRA. A proposta do Conselho foi aceita, e as Entidades deverão aguardar parecer do assessor jurídico da Federação.

A próxima Assembléia Geral deverá ser organizada em maio de 2012, em Curitiba, Paraná.

Dois diretores da AOJESP assumem novos cargos na FOJEBRA

A FOJEBRA resolveu o problema das vagas em aberto, após renúncia de alguns diretores. A decisão foi tomada após encontro da Executiva da Federação (foto), realizado no dia 28 de maio, em Boa Vista, Roraima.



Sendo assim, o presidente Paulo Costa da Costa nomeou diretores eleitos para acumular funções, até o fim do mandato, em 2013, com aprovação da Diretoria Executiva.

Os cargos vagos ficaram com a seguinte composição:

- 1º Vice-Presidente (cumulativamente) - Yvone Barreiros Moreira;
- 2º Vice-Presidente (cumulativamente) - Antônio Pacheco;
- Diretor de Comunicação (cumulativamente) - Mário Medeiros;
- Coordenador da Região Nordeste (cumulativamente) - Jailson Costa;
- Coordenador da Região Centro-Oeste (cumulativamente) - Wenderson Costa.

Diadema

A comarca iniciou recentemente a central de mandados e os problemas começaram a surgir. Para sua implantação, uma sala foi preparada com computadores, e uma escala de plantão foi criada, com dois oficiais plantonistas internos e dois externos. A distribuição dos mandados fica a cargo de uma escrevente, que dividiu por CEP as zonas de atuação dos Oficiais de Justiça. Apesar de não ter recebido o primeiro mapa pós central, os Oficiais da Comarca já sentem a redução de atos judiciais. **Uma das colegas presentes comentou que antes anotava no mapa entre 80 e 100 diligências. Porém, com o novo sistema, o número mal chega a 70 diligências,** e ainda passará pelo crivo da escrevente que poderá glosar os atos à sua maneira. De acordo com a portaria nº 01/2010 criada pela Juíza Flávia Beatriz Gonzalez da Silva, independente do número de diligências, a escrevente só deve pagar um ato, no valor de R\$ 12,12. O departamento jurídico da AOJESP já está tomando providências contra o critério.

Para a presidente da AOJESP, a central traz à luz



Diadema



São Bernardo do Campo



Santo André

AOJESP retoma Presidência Itinerante

Dando continuidade à Presidência Itinerante, a presidente da AOJESP, Yvone Barreiros Moreira, esteve em diversos fóruns da grande São Paulo e do interior do Estado. Além da central de mandados, foram discutidos diligências, perdas salariais e formação de conselhos regionais e sindicato dos Oficiais de Justiça. Os Oficiais de Justiça das comarcas estão passando pelos mesmos problemas dos colegas da capital. O corte das diligências e os pareceres 121/08-J, 202/08-J e 311/10 já são uma realidade e estão prejudicando esses servidores, que diligenciam num raio de até 100 quilômetros só de ida, e a Corregedoria se nega a indenizar as despesas de volta. "Nossas cidades são pequenas, mas com uma área extensa. Passamos o dia inteiro de um lado para o outro, para receber apenas uma diligência", disse um Oficial de Mogi Mirim.

um problema que atinge toda a categoria, que é o sistema de produtividade. Para Yvone Barreiros Moreira, as normas da Corregedoria são inaceitáveis, pois prejudicam a classe, além de ser imoral porquanto provoca retenção desse dinheiro aos cofres do Tribunal, mas que a lei atribuiu ao custeio de diligências. **"Um reembolso que compreenda os gastos com combustível e o desgaste do automóvel chega a R\$ 3 mil, pois o seguro do carro é mais do que aquele cobrado ao cidadão comum"**, completou Yvone.

Outra reclamação em relação à central é a desvinculação que o Oficial sofreu dos processos e dos juízes. Alguns colegas dizem ter dificuldade de falar com os juízes do processo. "Vivemos sob ameaças. Tudo é: 'se não fizer como estou mandando, levarei pra juíza'", reclamou um dos Oficiais. Sobre isso, Yvone lembrou que **o Oficial tem fé pública e está subordinado unicamente ao Juiz, e não a chefes de cartório.** A burocracia trazida pela central também é queixa dos Oficiais de Justiça. "Acho que o curso que eles ofereceram serviu apenas pra engordar o bolso da empresa que veio aqui, porque o curso não valeu nada", destacou uma Oficial do Cível.

Sobre o Plano de Cargos e Carreiras, um Oficial falou que o mesmo não tem serventia, e nivela o Oficial que está na função há 20 anos com um colega que acabou de ingressar no Tribunal. Ele lembrou que o salário dos Oficiais perdeu imensamente o poder de compra com o sistema de gratificações. "Enquanto todos os servidores recebem um aumento sobre o salário, nós recebemos sobre uma gratificação estipulada pelo Tribunal", destacou Enaldo. Yvone propôs a formação de **Conselhos de Representantes nas Comarcas do Estado** e convocou os Oficiais de Justiça de Diadema a se organizarem.

Manutenção da sala dos Oficiais de Justiça

Por fim, os Oficiais pediram à Yvone que reivindicasse junto ao Juiz Diretor do Fórum de Diadema, Dr Antônio Luiz, que não fosse retirada a sala dos Oficiais de Justiça e que fossem destinadas vagas reservadas para os Oficiais plantonistas.

Yvone foi recebida pelo Juiz, que se mostrou compreensivo em relação às questões levadas pela AOJESP. No entanto, argumentou que existem suficientes vagas no estacionamento do fórum, sem que haja a necessidade de vagas exclusivas para o Oficial. Sobre a sala, Dr Antônio Luiz argumentou que com a criação da Central de Mandados, os Oficiais de Justiça já ganharam uma sala ampla, equipada com computadores. Além disso, o Juiz disse que a antiga sala está sendo alvo de disputa pelo Ministério Público, OAB-Diadema, Banco do Brasil, pelo próprio Tribunal para a criação de uma Vara de Conciliação, pelo Juizado Especial de Execuções Fiscais e pela Defensoria Pública. "Temos um grande problema de espaço físico aqui no Fórum. Este prédio, por exemplo, é alugado pela prefeitura porque o Tribunal disse que não tinha dinheiro", completou Dr Antônio Luiz.

São Bernardo do Campo

De acordo com os Oficiais de São Bernardo do Campo, os chefes de cartório vêm impondo regras que dificultam o trabalho e geram perdas no reembolso das diligências.

Ainda nesse sentido, a presidente da AOJESP con-



Guarulhos

sidera que a Central tenta transformar o Oficial em cartorário. “Eles criaram a central para que os Oficiais fizessem o trabalho de dois funcionários, do que resultou a contenção de despesas do Tribunal de Justiça. Ficar preenchendo planilha não é trabalho de Oficial de Justiça. O Oficial tem que apenas certificar”, afirmou a presidente da Entidade.

Outra questão levantada foi a de que os Oficiais de Justiça coordenadores da central não ganham nada pelo acúmulo de função.

Os Oficiais reclamaram que muitos mandados vinham com telefones das partes, porém o acesso ao telefone do Fórum estava restringido. Após um movimento unificado dos Oficiais locais, eles conseguiram o direito de usar telefone do cartório. De todos modos, os Oficiais consideram que efetuar ligações não é função do Oficial de Justiça. Um dos presentes chegou a propor que fosse feita uma consulta à Corregedoria. Mas, a presidente da AOJESP lembrou que a maioria das perdas da classe foi causada por consultas feitas à Corregedoria. “Sempre que a Corregedoria responde é para prejudicar os Oficiais de Justiça”, completou.

Outra Oficiala presente destacou a importância de uma Certidão bem feita. Ela trouxe um interessante caso no qual um colega havia recebido um mandado da Justiça Gratuita, mas que o endereço da diligência estava após um pedágio que custava R\$ 18,00. Certo de que o valor sairia do seu bolso, o Oficial certificou e devolveu. Com base na certidão, o Juiz arquivou o processo dizendo que falta verba para o custeio do processo e da diligência.

Com relação à última greve, os Oficiais lembraram a desunião ocorrida durante os 127 dias e a falta de coesão de idéias. “Precisamos voltar com aquela proposta de operação padrão feita pela AOJESP há alguns anos”, lembrou

uma Oficiala. Quanto a isso, Yvone encerrou o encontro dizendo que é preciso haver união. “Da desunião da classe estão resultando muitos problemas funcionais. Se os Oficiais de Justiça não tiverem união, continuaremos sofrendo com as famigeradas normas da Corregedoria”, concluiu. **A AOJESP está dando início à formação de conselhos nas comarcas do Estado de São Paulo** e para isso convoca a participação dos Oficiais de Justiça de São Bernardo do Campo.

Santo André

Santo André está com o número de Oficiais bastante reduzido para a demanda de trabalho. São cerca de 20 mil processos e apenas 39 Oficiais de Justiça trabalhando, já que alguns estão de férias, dois estão acumulando em outras comarcas, além dos que se aposentaram recentemente ou estão afastados por doença. **A presidente da AOJESP já impetrou mandado de segurança pedindo a nomeação dos aprovados no último concurso**, realizado em 2009. “Chega de conversar com os velhinhos do Tribunal. O caminho tem que ser a via judicial, pois há anos reivindicamos e o Tribunal se omite”, disse Yvone.

A presidente da Entidade também se comprometeu a fazer um ofício direcionado a prefeitura de Santo André, para que os Oficiais lotados no Fórum tivessem livre acesso ao estacionamento do Paço Municipal de Santo André

(Centro Cívico), onde fica o Fórum. Requerimento que felizmente foi atendido. Os Oficiais lotados na Comarca reclamam que a Central de Mandados reduziu o número de diligências, ainda que o número de mandados seja o mesmo. Eles reclamaram ainda que ao diligenciar em instituições como o INSS, o Tribunal paga apenas uma diligência, independente do número de mandados, porém os Oficiais de Ribeirão Pires que vão ao mesmo Instituto, recebem de acordo com o número de mandados. Sobre isso, Yvone disse que o Tribunal se utiliza de provimentos e regulamentações imprecisas para que cada Fórum faça sua interpretação, do que resulta o poder dos juizes e da Corregedoria. O preenchimento das planilhas, que é uma reclamação recorrente entre os Oficiais das centrais, voltou a ser discutido. Para um dos presentes, ou o Oficial certifica no papel ou na planilha. “Quando é negativa eu nem preencho. Se eles acharem ruim, que leiam minha certidão.”, disse ela. Sobre o uso do telefone e os mandados que vem apenas com contatos telefônicos, os Oficiais disseram que não são pagos e se recusam a realizar chamadas do telefone particular. A medida foi aplaudida pela presidente da AOJESP, que reiterou: “Se vocês (Oficiais de Justiça) quise-



rem, faremos um pedido formal ao Tribunal para que cada Oficial receba um celular com crédito para efetuar chamadas”, comentou Yvone, a que uma Oficiala foi contra.

Guarulhos

Sob a coordenação do Juiz Substituto Dr. Paulo Bonini, Guarulhos passou recentemente pelo processo de implantação da central de mandados, e a AOJESP esteve reunido com os Oficiais da Comarca(1/3).

De acordo com um dos colegas presentes, a mudança se dá facilmente. “Você passa a vida inteira, 15 anos no Cível, 20 no Criminal, mais de vinte anos numa mesma área, onde você se especializa. De repente, você volta a ser ‘clínico geral’ por determinação do Tribunal. Não vai ser fácil” destacou o Oficial. Ainda segundo os Oficiais de Guarulhos, os próprios juizes resistiram à implantação da central. Yvone explicou que a medida criada pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Ministério da Justiça é inexorável. “A central já existia em outros Estados. Mas em São Paulo, sem a mínima infraestrutura, sem treinamento, o Tribunal vai impondo as novas seções, sem que sejam publicadas normas administrativas, ou, pelo menos, treinamento prático, acompanhado de exposição de quem conhece sobre o assunto, que são os Oficiais de Justiça”, disse Yvone.

Outra preocupação é como ficará a relação com os juizes. Já que terão que trabalhar para vários magistrados, eles temem receber processo administrativo de algum juiz que não conhecem. Tendo em vista, que os Oficiais de Justiça estarão subordinados ao juiz coordenador da central. “Já que estaremos su-

OFICIAL, GARANTA SUA FÉ PÚBLICA! Como certificar na Central de Mandado

**SOMENTE: 1º - DILIGENCIAR (quantas vezes forem necessárias)
2º - CERTIFICAR (circunstanciadamente)**

CERTIDÃO (Modelo)

Certifico e dou fé, eu, Oficial de Justiça abaixo assinado, que em cumprimento à determinação do Juiz _____, no processo nº _____ em tramitação na _____ Vara _____, dirigi-me à rua _____ nº _____ e aí sendo não encontrado o citando, ou intimando Fulano de Tal, informado que fui pelo vizinho Fulano de Tal, que o sr. _____ mudou-se para o a rua _____ nº _____ bairro _____, dirigi-me ao endereço e aí sendo CITEI Fulano de Tal, RG nº _____, que ciente de tudo ficou, bem como recebeu a contrafé.

São Paulo, (data) . O referido é verdade.

DISTÂNCIAS PERCORRIDAS: 1) IDA _____ Km 2) VOLTA _____ km

DILIGÊNCIAS EFETUADAS: 02 (DUAS) (Guarde as cópias)

ATENÇÃO!
A AOJESP desenvolveu este modelo de certidão para orientar os Oficiais de Justiça no cumprimento de seus mandados



Sorocaba

lho, ambiente insalubre, corte das diligências e o grande número de comarcas contíguas. Os Oficiais de Justiça estão preocupados com a distribuição que será realizada e com os novos sistemas digitais que serão implantados. “Eu

bordinados ao Dr. Bonini administrativamente, tem que ser ele a quem estejamos subordinados disciplinarmente, e não aos Juízes que nem sei quem são”, defendeu outro Oficial.

Em Guarulhos, os Oficiais de Justiça foram divididos entre 9 e 14 regiões. A escolha das regiões já foi feita, tendo como critério a idade dos oficiais e a preferência de cada um.

Segundo os Oficiais, o grande problema que se arrasta há anos, e deverá se agravar na comarca, é o excesso de trabalho. Com a instalação da Central, os Juízes exigiram que os plantões fossem mantidos. **Os magistrados querem os Oficiais fazendo plantões do júri, plantões de corredor, leilões, apregoando, qualificando, além do cumprimento das diligências.** “Na minha vara somos apenas duas Oficiais de Justiça, e temos que fazer plantão dia sim, dia não. Não sobra tempo para mais nada”, comentou uma Oficiala. “No plantão de corredor, passamos a tarde pedindo silêncio, isso não é nosso trabalho”, comentou outro Oficial. “Este trabalho é de escrevente ou auxiliar judiciário”, completou Yvone

Osasco

A central de mandados está sendo instalada de improviso, sem a infraestrutura necessária e sem a preparação dos Oficiais de Justiça. É o que afirmam alguns dos colegas lotados na comarca, durante visita da AOJESP (15/3). A visita ocorreu semanas antes da implantação do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) e da central de mandados.

De acordo com os Oficiais, a comarca já vinha enfrentando problemas, como **falta de funcionários, excesso de traba-**

estive no Fórum de Santo Amaro e vi que a central facilitou a vida deles, mas não dá pra ficar preenchendo aquelas planilhas”, comentou uma Oficiala. Para a presidente da AOJESP, a solução para esse e outros problemas da categoria é a união dos Oficiais. **“Vocês têm que se adiantar à Corregedoria. Busquem um mapa da cidade, decidam entre vocês quem serão os coordenadores. Assumam essa central! A Corregedoria não sabe como funciona o trabalho, quem sabe são os Oficiais. Construam um mapa da região com as respectivas distâncias. Não confiem no mapa da prefeitura”,** afirmou Yvone.

Ela esclareceu que o Tribunal de Justiça está implantando o sistema, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Afirmou que a relotação que ocorre durante a instalação da central serve para que o Oficial de Justiça deixe de ter o Juiz como superior hierárquico, ficando subordinado apenas aos escreventes da central. **“Eles conseguiram que os juízes substitutos ganhassem 90,25% do que ganha seu superior hierárquico, e eles querem excluir esse benefício dos Oficiais”,** afirmou.

Após o processo de instalação da central de mandados, voltamos a entrar em contato com alguns Oficiais de Osasco, que relataram novos problemas na Comarca. De acordo com um deles, apenas cinco ou seis computadores estão funcionando e a sala do SAJ é minúscula. “Tem Oficial fazendo fila na porta da sala. Faltam condições de trabalho, falta infraestrutura. Perdemos muito tempo esperando um computador” disse um Oficial. Além disso, eles estão sendo obrigados a marcar o ponto diariamente, o que os obriga a ir ao Fórum sem necessidade.

Sorocaba

Em visita aos Oficiais de Justiça de Sorocaba (17/03), a presidente Yvone Barreiros, esteve acompanhada de Sérgio Aiello, conselheiro regional da Entidade. Além de esclarecer sobre a Central de Mandados, na reunião se discutiu Campanha Salarial, diligências e demais temas relacionados à categoria.

No início da reunião, Yvone alertou os Oficiais sobre os prejuízos do Plano de Cargos e Carreiras do TJ/SP, projeto de lei que a AOJESP nunca defendeu e que trouxe muitas perdas aos servidores do Judiciário, principalmente à classe dos Oficiais de Justiça. “Fomos a única Entidade que foi contra o plano”, explicou a presidente da AOJESP.

Ainda existem muitas dúvidas sobre a Central de Mandados entre os Oficiais de Sorocaba.

Yvone e Sérgio Aiello deram instruções sobre o funcionamento do novo sistema e alertaram sobre os prós e contras da implantação. A presidente da AOJESP aconselhou ainda sobre a necessidade de reivindicar cursos básicos de informática e **pediu que os Oficiais de Justiça tivessem pulso firme e união para coordenar a Central de Mandados.** **“Vocês é que entendem de diligências, portanto, devem assumir o compromisso de organizar e coordenar, não a Corregedoria”,** disse.

Com relação aos Oficiais “ad hocs”, Yvone explicou que a Entidade fez uma representação no CNJ, que concedeu 60 dias para o TJ/SP explicar sobre a existência desses funcionários. Até hoje, porém, não houve resposta do Tribunal. Na própria Comarca de Sorocaba existem 10 “ad hocs” diligenciando e ganhando salário da prefeitura e ainda recebem por diligências, segundo explicaram os Oficiais. Contra esse tipo de contratação, a AOJESP impetrou mandado de segurança no começo de maio.

Mogi Mirim

Os Oficiais de Mogi disseram que recebem apenas uma diligência



Mogi Mirim

por audiência e ainda são obrigados a apregoar as partes em três varas da comarca. Em uma delas, onde apenas trabalham duas Oficiais, as mesmas precisam se revezar entre plantão e as diligências. “Vamos tomar as devidas providências para acabar com esse tipo de coisa. Oficial de Justiça não é porteiro”, afirmou Yvone. “Compete ao Oficial somente diligenciar, até porque a quantidade de Oficiais é insuficiente para os milhares de mandados que a cada dia aumenta”, completou.

Um dos Oficiais de Justiça lembrou que com o Plano de Cargos e Carreiras o Regime Especial de Trabalho Judicial (RETJ), eles não recebem mais pelo trabalho em horário especial. **“Da ultima vez que recebi um mandado desses, cumpri para não criar caso. Mas, não devemos cumprir mais”.**

Quanto a isso, Yvone defendeu que os Oficiais não diligenciem além das 40 horas semanais para as quais foram contratados. **“O artigo 172 do Código de Processo Civil autoriza a citação e a penhora fora dos horários laborais, fins de semana e feriados, mas não obriga o Oficial a trabalhar em horário especial sem receber por isso”,** disse. **“Enquanto não devolverem o Regime Especial não deveremos trabalhar em horário especial”,** completou.

De acordo com Yvone Barreiros **o Oficial que receber tal tipo de mandado deve certificar dizendo: “Certifico e dou fé que, por hora, deixo de cumprir o mandado porque o Tribunal de Justiça revogou a Lei 516/87, que regulamentava o Regime Especial de Trabalho Judicial”.** Segundo ela, **caso fosse mantido o RETJ, o salário inicial de um Oficial de Justiça de São Paulo seria de R\$ 5.683,00, o mínimo**



Mococa

que o colega precisa para manter a sua família.

Mogi Guaçu

Em Mogi Guaçu foram relatadas diversas reclamações de desrespeito. Um Oficial contou que o Juiz interroga a parte, durante audiência, se a mesma foi citada no endereço indicado na certidão e se foi realmente aquele Oficial do mandado quem o procurou.

Sobre a avaliação, um Oficial lotado na comarca disse que inicialmente havia um acordo com o juiz para que fossem pagas três diligências, mas veio a Corregedoria e cortou. Outra colega completou que "além do trabalho de avaliar, o Oficial precisa ir ao endereço, visitar imobiliária ou empresas especializadas, voltar ao cartório... Tudo por apenas um ato. E quem vai indenizar minha pesquisa de mercado para avaliar? Sendo assim prefiro não avaliar", disse.

Mococa

Em Mococa os Oficiais estão sendo obrigados a trabalhar como cobradores de agiotas, lojistas, bancos, comerciantes e fazendeiros, em virtude do excesso de serviços no Juizado Especial. "Tem lojas que vendem sem nota fiscal e ainda entram com ação na Justiça Gratuita para que a gente tenha que cobrar", disse uma Oficiala. Os colegas da região ainda estão sendo obri-



Mogi Guaçu

gados a interditar doentes mentais, segundo conta um Oficial. "O juiz expediu um mandado que dizia: **procure o demandado, verifique se o mesmo goza das faculdades mentais e, caso contrário, execute a interdição**" afirmou o

Oficial de Justiça, que diz não ser médico, psicólogo ou assistente social para avaliar um doente mental.

A maior preocupação dos Oficiais continua sendo a central de mandados. "Aqui em Mococa, quem ficar nos bairros da Vila Santa Rosa ou Cohab 2 vai se matar de trabalhar, enquanto quem ficar nos bairros mais nobres não vai fazer nada", disse uma Oficiala. Outro disse estar preocupado com o reembolso das diligências. "A área urbana da cidade não é tão grande. Eles vão cortar nossas diligências?", questionou.

Para Yvone, se os Oficiais estiverem bem organizados em seu trabalho, as comarcas menores não precisam de central. "**Visitamos a central do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Por mais que lá funcione bem, aqui em São Paulo só vai dar certo quando o Tribunal pagar o reembolso das diligências como nos federais, que têm um valor fixo e justo. A GAE ou Gratificação por Atividade Externa**", afirmou Yvone.

A maioria dos Oficiais consultados concorda com a criação de uma gratificação que supra os gastos com locomoção, desgaste do carro, alimentação por atividade externa entre outras despesas características do cumprimento dos mandados.

"Acho que a luta é essa", disse uma Oficiala. "Temos que lutar por uma quantia única, para que depois possamos pedir a incorporação na aposentadoria", completou.

A AOJESP já calculou os gastos e chegou a um mínimo de R\$ 3 mil, que segundo a presidente Yvone "tem que ser fixo no holerith".

Apartamentos novos no centro de São Paulo hospedam os associados

Desde janeiro de 2010 a Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP) está oferecendo, para seus sócios, hospedagem nos apartamentos funcionais da Entidade que foram inteiramente reformados e decorados.

Com alta média de ocupação, os apartamentos têm recebido muitos visitantes que vem do interior à capital para fazer cursos, tratamentos médicos, turismo etc.



Os interessados deverão fazer reserva com antecedência para garantir a vaga. Os apartamentos estão bem localizados, no centro de São Paulo, próximos à sede da AOJESP, à estação do metrô Sé, Palácio da Justiça, Fórum João Mendes, Poupa Tempo, bairro da Liberdade, mercado municipal, teatros, museus etc.

Faça já sua reserva no Departamento de Turismo da AOJESP, através dos telefones 3585-7804 ou 3585-7805 (com Maurício).

CURSO DE INFORMÁTICA GRATUITO

A turma do período matutino já está completa. Para o período vespertino, das 14h às 16h.

Faça sua inscrição com Beatriz no telefone 3242-8228.



Biblioteca da AOJESP

Venha conhecer nossa biblioteca que conta com cerca de 700 títulos em livros de todos os ramos jurídicos e assuntos variados, além de revistas, DVDs e CD-ROM. Você poderá consultar vídeos que contam a história recente da AOJESP e alguns títulos premiados do cinema mundial.

A biblioteca fica na nossa sede, à Rua Tabatinguera nº 140, conj. 07.



Qual será o critério de avaliação imposto pelo Tribunal de Justiça? Quem receberá a melhor nota?

Meritocracia? Servidor que não questiona as ordens superiores será mais bem avaliado? Os servidores mais úteis à Instituição Tribunal de Justiça? Os que trabalham aos sábados e feriados não cobram horas extras? Ou os servidores mais qualificados, porém não obedientes às ordens superiores? E os servidores privativos e de confiança dos juizes e/ou desembargadores? Aqueles convocados para cargos de confiança e/ou comissão? Ou será que os servidores empenhados em mudar este paquidêmico e ineficiente Poder Judiciário? Ou serão melhor avaliados os servidores cumpridores das leis e os mais eficazes? Ou os servidores grevistas e conscientizados? Para todas estas indagações, estamos aguardando as respostas de todos os servidores do Judiciário de São Paulo em pesquisa de opinião em nosso site (www.aojesp.org.br) ou através do e-mail imprensa@aojesp.org.br. É muito importante a participação de todos. Tabulada a pesquisa de opinião, a mesma será enviada ao Tribunal de Justiça. Isso sim é democracia!

CURSO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA: AOJESP está selecionando profissionais para ministrarem aulas

A AOJESP está selecionando profissionais para ministrarem aulas para o curso preparatório para Oficiais de Justiça, com aula inaugural em data a ser divulgada.

Os contratados serão Oficiais de Justiça, bacharéis em Direito, com experiência nos seguintes postos de lotação:

Varas Criminais - Varas Cíveis - Varas de Família e Sucessões Varas da Infância e da Juventude - Vara do Júri - Execuções Fiscais Municipais - Juizado Especial - Execuções Fiscais Estaduais Juizado de Violência Doméstica e Contra a Mulher

Serão contratados também desembargadores, juizes, promotores e advogados para as áreas do Direito.

Os palestrantes da aula inaugural serão a presidente da AOJESP, ministros dos Tribunais Superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Informações: secretaria@aojesp.org.br. Telefone: (11) 3585-7830



Dia do Trabalho: Tribuna Judiciária entrevistou o advogado trabalhista José Carlos Arouca

Em comemoração pelo Dia do Trabalho, o programa Tribuna Judiciária entrevistou o advogado trabalhista José Carlos Arouca. As relações de trabalho no regime de CLT e no serviço público foram os temas principais da entrevista concedida à presidente Yvone Barreiros.

Arouca criticou o achatamento dos direitos trabalhistas e as decisões judiciais monocráticas que beneficiam os empregadores. As festas comemorativas pelo Dia do Trabalho também foram lembradas. Para o advogado, ao invés de festa, os trabalhadores deveriam realizar grandes manifestações reivindicando direitos. Para quem perdeu o programa, o vídeo com a entrevista está disponibilizado no site www.aojesp.org.br.

O jornal Tribuna Judiciária esteve na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para entrevistar o médico Paulo Hilário Nascimento Saldiva, professor titular da USP no Departamento de Patologia. Saldiva coordena projetos que avaliam os níveis de poluição e toxicidade gerados por diferentes fontes emissoras. Por ser um crítico do abuso na utilização de automóveis nas grandes cidades, o médico afirma que a cidade em que vivemos é um importante determinante da saúde e da doença. O médico cita também alguns programas que deveriam ser adotados pelo governo para estimular uma melhora na qualidade de vida dos cidadãos, entre outras formas de melhorar a convivência nas cidades grandes.

Confira a entrevista exclusiva:

Tribuna Judiciária: O senhor apresenta um diferencial, que é ir ao trabalho de bicicleta. Fale-nos sobre essa iniciativa.

Paulo Saldiva: As cidades e o ambiente urbano são importantes determinantes da relação entre saúde e doença. Quem na cidade não se sente oprimido no trânsito, nervoso, com a elevação da pressão arterial, ruídos, as calçadas esburacadas e a poluição do ar? Desta forma, a bicicleta acaba sendo um benefício imediato para a nossa saúde.

TJ: Como podemos explicar aos nossos leitores os danos que a poluição do ar que respiramos no trânsito pode nos causar?

PS: É como se a gente fumasse um pouco diariamente. Cada duas horas que passamos no trânsito equivalem a um cigarro ou um cigarro e meio. A diferença é que pessoas que não poderiam fumar, como bebês, gestantes, asmáticos e portadores de doenças coronarianas, estão sofrendo essa agressão que, somada ao estresse, potencializa os efeitos e transforma a poluição somada ao tráfego como a primeira causa de infarto agudo do miocárdio,

Os perigos que an

Tribuna Judiciária

dio, segundo artigo publicado recentemente na revista médica The Lancet, uma das mais importantes publicações científicas na área de medicina do Reino Unido.

Nós não temos uma proteção para o homem urbano. Ele é sempre visto como agressor, e isso não é verdade. **Só na cidade de São Paulo, cerca de quatro mil pessoas morrem por ano devido à poluição do ar** e isso é um número maior, por exemplo, do que mortes por AIDS ou tuberculoses, reconhecidos como fatores agravantes de saúde pública. Precisamos trazer a saúde para dentro da causa ambiental, fazendo com que a saúde e o meio ambiente conversem.

TJ: Como podemos classificar a atual situação ambiental de uma cidade grande como São Paulo?

PS: Vamos considerar a cidade como um paciente que tem algumas doenças. Ela tem obesidade, porque cresceu demais; tem febre, porque ela esquentou; ela tem edema, porque chove e alaga; tem obstrução das vias aéreas, porque o ar não passa; tem obstrução arterial difusa, porque o tráfego não anda; tem um pouco de diabetes, pois não usamos a energia, a glicose, de forma adequada; tem insuficiência renal, pois não conseguimos nos livrar das impurezas; e tem até uma disfunção cognitiva, pois, sabemos o que deve ser feito, e não fazemos. Em consequência disso, nós, que somos as células que constituímos os órgãos desse paciente, também adoecemos por viver em uma cidade doente.

TJ: Então, nesse caso, seria uma doença coletiva?

PS: Acho que, principalmente, é uma **doença mental**, pois a lógi-



Meio ambiente e saúde ameaçam os Oficiais de Justiça nos centros urbanos

Yvone Barreiros entrevista o Dr. Paulo Saldiva, especialista em poluição atmosférica



Yvone Barreiros entrevista o médico Paulo Saldiva. O programa está disponibilizado na seção de vídeos do site da AOJESP www.aojesp.org.br

ca do sistema está de cabeça para baixo. No caso de São Paulo, transformamos a cidade em uma piscina quando chove e, quando não chove, ela vira um deserto. Em compensação, não ganhamos nada em mobilidade, como por exemplo, a nossa velocidade média de locomoção na cidade está ao redor de catorze quilômetros nos horários de pico, se aproximando de doze, enquanto os Bandeirantes no século dezoito andavam nas suas mulas a dezesseis quilômetros por hora.

TJ: A utilização do carro parece ser uma questão cultural. Como o senhor vê a falta de consciência dos brasileiros em relação ao uso abusivo do veículo, que agrava a poluição do ar?

PS: Esse é o problema central, pois, além da ineficiência do transporte coletivo, há uma glamourização da utilização do carro, agregando valores onde não tem. Na minha opinião, um envolvimento dos profissionais da saúde deveria ajudar muito se colocássemos os co-benefícios imediatos dessas políticas como programas de mobilidade ativa nas calçadas, estimulando a

caminhada segura e programas de ciclofaixas para bicicletas. Desta forma poderíamos diminuir as emissões e também melhorar a saúde imediata da população. Vale ressaltar também que estes exemplos deveriam ser dados pelas instituições de saúde.

TJ: Como o senhor classifica a atual situação do transporte público em São Paulo?

PS: Falamos muito do caos nos aeroportos, porém o caos no transporte já começou há muito tempo na cidade, a exemplo dos ônibus de qualidade inferior que circulam na periferia. São sujeitos, barulhentos e emitem muito mais poluentes, diferentemente dos veículos que fazem linhas no centro expandido, onde o serviço é melhor. Isso é o que eu chamo de racismo ambiental. Transporta-se gente como se fosse carga, mostrando que tratamos desigualmente as pessoas, dependendo do seu nível sócio-econômico. Damos a esses segmentos mais pobres condições para que o meio ambiente interfira de forma mais intensa em sua saúde.

TJ: Qual seria a melhor forma de sanar os altos índices de poluição em São Paulo?

PS: Sendo um médico que trabalha com a poluição do ar há 30 anos, eu insisto que a gente tinha que chegar ao preço e acho que o jeito de resolver a questão é chegar ao custo de ter que manter a situação como está. Em São Paulo, a poluição do ar custa ao redor de um bilhão e meio a dois bilhões de reais, computando dados do Sistema Único de Saúde, da rede conveniada e da mortalidade precoce, porém vale ressaltar que essa é uma estimativa baixa, se fizermos a conta exata, podemos chegar até um pouco mais. Supondo que sejam dois bilhões de reais por ano, podemos fazer vinte quilômetros de metrô ou mais de uma centena de corredores de ônibus com tecnologia limpa. Falta gestão. É de extrema necessidade que se coloque a qualidade de vida do homem como aspecto central das políticas públicas. Em contrapartida, acho que São Paulo tem jeito, estamos indo no caminho certo. Os indicadores ambientais estão melhorando, o problema é que dependemos muito de discussões para tomar decisões im-

Bicicleta que Paulo Saldiva utiliza: um exemplo a ser seguido.



portantes que envolvem bilhões de dólares, gerando interesses econômicos. Posso citar a lei municipal de mudanças climáticas e o programa de recuperação das matas ciliares no interior são avanços importantíssimos. Acho que o mundo está em uma crise tão grande que gera necessidades de mudanças.

TJ: Para finalizar, deixe uma mensagem para os Oficiais de Justiça e demais servidores do Judiciário.

PS: A profissão dos Oficiais de Justiça é tremendamente insalubre. Em primeiro lugar, há o estresse psicológico, pois, quando ele entrega um mandado ninguém o recebe feliz, podendo sofrer violência. Há a questão da ergonomia também por conta do deslocamento realizado no cumprimento da sua função.

O Oficial vive sob enorme pressão, porém existe jeito para isso. Deve haver diálogo para mostrar ao Tribunal de Justiça que essa pressão vivida pelo servidor se traduz em mais atendimentos médicos, maior índice de ausência no trabalho, gerando mais custos para a instituição. Existem programas que podem ser adotados no Tribunal de Justiça para lidar com esses conflitos, porém devem ser colocados antes de vocês adoecerem. Se fizerem injustiças com o próprio funcionário da Justiça, a mesma não terá sentido. Se estes argumentos forem colocados de forma lógica, acabamos convencendo as pessoas a mudar a dinâmica da instituição.

Quero encerrar manifestando o meu respeito pela atividade de vocês, pois, se o juiz tem a cabeça, eu digo que a perna, o braço e as ações efetivas na Justiça ocorrem devido a vocês Oficiais de Justiça.

1º de abril: Entidades realizam ato público na Praça João Mendes

Yvone fala à praça contra as mentiras oficiais.

Contra as mentiras do governo estadual, servidores de diversos setores do serviço público realizaram um ato na Praça João Mendes no dia 1º de abril, seguido de passeata pelo centro de São Paulo até a Secretaria da Educação na Praça da República. Durante o trajeto, os manifestantes conscientizaram a população sobre o dinheiro arrecadado e mal aplicado para os interesses da população. Entre as reivindicações mais importantes da categoria estão: o cumprimento da data-base, a reposição das perdas salariais e o cumprimento da lei que regulamenta o Sistema de Negociação Permanente (SINP), entre servidores e os três poderes. O movimento foi organizado pelo Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, do qual a AOJESP faz parte. Participaram servidores da Saúde, da Educação, do Legislativo, e do Judiciário, entre outros setores do serviço público. Para a presidente da AOJESP, Yvone Barreiros, os Poderes se



Passeata cruza a avenida São João.



Os servidores da Educação e da Saúde tomaram conta da Praça da República.

utilizam da falta de unidade para protelar o direito dos servidores. "Nossa luta ainda é fraca, é preciso unificar. Aqueles que não vieram prestigiar o ato devem refletir sobre isso", frisou Yvone ao criticar as entidades que fizeram assembleias no interior do Estado na tentativa de enfraquecer o movimento.

SPPREV: Servidores realizam Seminário para discutir a Previdência



O diretor-presidente da SPPREV, Carlos Henrique Flory, aborda aspectos da Instituição.



Representando a AOJESP, a presidente Yvone Barreiros e o conselheiro Eduardo Romeiro, criticaram as deficiências da previdência pública de São Paulo.

As Entidades representativas dos servidores públicos do Estado de São Paulo promoveram o 2º Seminário Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal (SINP), que congrega mais de 50 Entidades. O evento foi realizado no auditório do Centro do Professorado Paulista (CPP), nos dias 4 e 5 de maio, e debateu, entre outros pontos, a São Paulo Previdência (SPPREV) e a previdência complementar. Os representantes dos servidores no Conselho Administrativo da SPPREV fizeram uma exposição sobre o sistema gestor e seus equívocos administrativos. De acordo com o conselheiro Antônio Dorival Gamba, a SPPREV depende de suplementação do governo do Estado e sofre com a falta de profissionais. "A SPPREV está funcionando hoje com funcionários do antigo IPESP, vinculados a Secretaria da Fazenda. Isso tem prejudicado o andamento dos processos. O prazo para concessão de pensões e aposentadorias está ultrapassando os 90 dias constitucionais", afirmou. Durante o debate, um participante comentou que na área da educação as concessões têm levado até 180 dias. O passivo atuarial do IPESP e as disparidades de gestão também foram discutidos. De acordo com o conselheiro Júlio Bonafonte, a "lei 1.010/07 precisa ser mudada para que a maioria seja nossa [dos representantes dos servidores], no conselho de administração e no conselho fiscal", disse. Ele também criticou a emenda 41, da reforma da previdência, que entre outros pontos, limita o teto das aposentadorias e pensões, além de obrigar à contribuição por parte dos inativos. O jornalista Marcelo Chagas, do Sindicato dos Funcionários e Serventuários da Educação (AFUSE),

fez uma explanação histórica e econômica dos últimos 16 anos de governo tucano, no painel "Diagnóstico dos Governos do Estado de São Paulo – A terceirização do funcionalismo no Estado" O jornalista explicou que, em 1997, Covas e FHC assinaram o Acordo de Renegociação da Dívida Pública do Estado, comprometendo-se a aumentar a arrecadação, reduzir os gastos com o funcionalismo, vender patrimônio (privatizar), cortar investimentos, não realizar novas operações de crédito, produzir superávits primários. Segundo Marcelo, o acordo resultou numa política de sucateamento do Estado. Ainda no painel, Ângelo D'Agostini fez uma análise do governo Alckmin, que ele avalia como um continuísmo dos governos anteriores. No último dia do evento, o Diretor-presidente da SPPREV, Carlos Henrique Flory, fez uma exposição sobre a Instituição. Como representante do governo, Flory citou o levantamento da dívida do governo com a SPPREV, e afirmou que a mesma está sendo sanada por meio das suplementações para pagar as pensões e aposentadorias. Afirmou que o Estado se compromete a suplementar a SPPREV sempre que for preciso, e que nenhum servidor ficará sem pensão por ausência do governo. A presidente da AOJESP, Yvone Barreiros, cobrou do diretor as cartilhas explicativas que a mesma havia proposto e aproveitou para dizer que a Lei 1010/07 é inconstitucional e não adota o sistema paritário de gestão. "Quem determina é o governador", afirmou. Além disso, Yvone questionou os processos que ela disse ter encontrado com tarjas dizendo "aguardando prescrição".

Servidores do Judiciário Brasileiro cruzaram os braços por um dia



A Federação Nacional dos Servidores do Judiciário dos Estados (FENAJUD) promoveu uma paralisação dos servidores do Judiciário de todo o Brasil no dia 13 de abril. Para a presidenta da AOJESP, Yvone Barreiros, o ato é mais um importante movimento pelos direitos dos servidores do Judiciário dos Estados. "Embora não sejamos filiados, a Fenajud tem feito um trabalho muito bom. A AOJESP esteve com eles nesse ato", afirmou Yvone. Como principal ponto de reivindicação, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 190/07 pelo Congresso Nacional. O Objetivo é criar um estatuto dos servidores do Judiciário. Além disso, o ato reivindica o pagamento da data base; unificação dos planos de cargos e carreiras; auxílio alimentação, creche, saúde, transporte e educação; jornada de trabalho padrão de trinta horas semanais; proteção à saúde do trabalhador; unificação e padronização nacional do valor das diligências realizadas pelos Oficiais de Justiça e comissários de menores etc.

Proposta de Emenda Constitucional nasce durante a greve

Nas últimas assembleias gerais dos servidores do Judiciário, na greve de 127 dias, a presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP), Yvone Barreiros Moreira, ao receber o deputado federal Vicentinho (foto) para fazer uso da palavra, propôs ao parlamentar um Projeto de Lei, que hoje é uma Proposta de Emenda Constitucional nº 526/10, em que os presidentes de Tribunais de Justiça passem a ser eleitos pelos seus pares, os desembargadores, por todos os juizes de 1ª instância e



pelos servidores do Judiciário, em eleições oficiais, da mesma forma que são eleitos os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo. A proposta foi colocada em votação e APROVADA POR UNANIMIDADE.

De acordo com a justificativa do projeto, a proposta não objetiva retirar do conjunto dos magistrados a prerrogativa de eleger

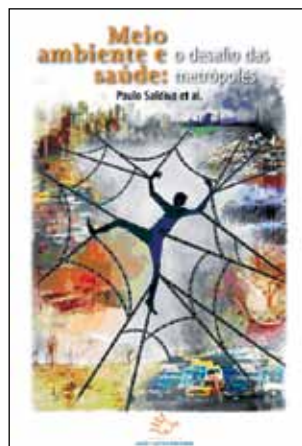
os integrantes dos órgãos diretivos dos referidos Tribunais, prevista no inciso I, alínea "a", do art. 96 da Constituição. O que se pretende é a inclusão, no processo eleitoral, da participação direta dos servidores e dos juizes de direito, nos termos a serem definidos pelos regimentos internos de cada Tribunal.

Congresso cancela análise de veto ao Nível Universitário

Foi cancelada a sessão do Congresso Nacional, envolvendo Câmara e Senado, que analisaria 1.414 vetos contidos em 125 projetos, inclusive ao Projeto de Lei 107/2007, marcada para o dia 11 de maio. O pedido de adiamento foi feito pelos líderes do PT, do PMDB, do PTB, do PP, do PR e do PDT, na Câmara e no Senado, por considerar que os vetos tratavam de assuntos polêmicos, o que exigiria análise mais detalhada.

A AOJESP enviou e-mail a todos os deputados e senadores reiterando o pedido de apoio à proposição que prevê a garantia de nível universitário aos Oficiais de Justiça do Brasil. "Mais do que nunca, o trabalho vai continuar para que nós tenhamos nosso nível universitário, entre os Oficiais dos 27 estados do Brasil", afirmou Yvone Barreiros Moreira, presidente da Entidade.

INDICAÇÕES DE LEITURAS IMPRESCINDÍVEIS



No Brasil, 80% da população reside em áreas urbanas, mas será que fazemos idéia dos problemas que a falta de cuidados com o meio ambiente nas metrópoles pode causar para a nossa saúde física e mental? Alertar para os possíveis malefícios da vida na cidade é a intenção do livro "Meio ambiente e saúde: o desafio das metrópoles", do médico patologista Paulo Saldiva.

Na obra, lançada pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade, o autor mostra como os problemas de mobilidade, a constante exposição à poluição do ar, a contaminação das águas, a grande quantidade de ruídos, a falta de saneamento, as inundações e as ilhas de calor, entre outros malefícios da vida moderna, afetam a nossa saúde. A intenção do livro não é causar pânico nas pessoas, mas sim alertar e despertar nelas a consciência a respeito da importância da ecologia urbana.



Foi lançado o livro "Certifico e dou fé que...", escrito pelo Oficial de Justiça Júlio Cesar Rodrigues de Medeiros, do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás. A obra trata do cotidiano cumprimento de ordens judiciais, contendo histórias sobre o trabalho da classe expostas de forma

usual e dinâmica. São casos de risco de morte, a parceria quase sempre necessária com a polícia militar, ou mesmo escutar lamentos, pedidos por justiça ou xingamentos dos intimados e citados pelo Judiciário.

Para conferir o livro "Certifico e Dou Fé Que...", pode-se encomendar um exemplar no site do escritor (www.jcmedeiros.com.br). Calculado o custo do frete, o livro sai por R\$ 20,50.



Oficial de Justiça aposentado Anízio Canola, de Araçatuba, é um dos autores da antologia "Jogos Criminais - Contos Policiais".

O livro que foi lançado em janeiro, pela editora Andross, é resultado de uma seleção de contos que tentam desvendar o crime perfeito. A organização ficou por conta de Sérgio Pereira Couto e já está a venda nas melhores livrarias.

Sinopse: Para o bem ou para o mal, a mente humana é capaz de realizar os mais notáveis feitos; o livre arbítrio é sua arma mais perigosa. Assim, o que faz com que uma pessoa se volte para o crime? Quais mecanismos são acionados quando surge o desejo - ou a necessidade - de fazer algo imoral, amoral, ilegal? Quando a alma é o campo de batalha entre a ânsia, o medo e a culpa, o resultado é imprevisível. Nas narrativas de "Jogos Criminais", as verdades da natureza humana serão expostas sob a ótica de uma máfia de escritores dispostos a criar o crime perfeito. Uma leitura que vai prender sua atenção.



Assista ao Programa Tribuna Judiciária

Obrigatório para quem quer se informar sobre o Judiciário e sobre os direitos dos Servidores

Programa premiado pelo "Cidadania Audio Visual 3º Setor", concedido pela Associação Brasileira de Canais Comunitários de Televisão (ABCCOM) e pela Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo (ACESP)

PROGRAMAÇÃO

EMISSORAS - TV ABERTA

Canal	Dia	Horário
Rede Vida	toda quinzena, aos domingos	19h30
TV Aberta (ex-Canal Comunitário)	todos os domingos	23h30

CANAIS COMUNITÁRIOS DE SP

Praça	Dia	Horário
Atibaia	Quarta-Feira	10:30h
Bragança Paulista	Quarta-Feira	10:30h
Campinas	Quarta-Feira	20:30h
Cubatão	Terça-Feira	22:30h
Diadema	Terça-Feira	11h
Guarulhos	Sexta-Feira	20:30h
Indaiatuba	Quarta-Feira	20:30h
Jacareí	Quinta-Feira	22h
Jaú	Segunda-Feira	21h
Mauá	Terça-Feira	11h
Osasco	Quinta-Feira	18h
Ribeirão Preto	Domingo	11h
Rio Claro	Segunda-Feira	19h
Santo André	Terça-Feira	11h
S. Bernardo do Campo	Terça-Feira	11h
São Caetano	Terça-Feira	11h
S. José dos Campos	Sexta-Feira	20h
Mogi das Cruzes	Segunda-Feira	18h
Sorocaba	Quarta-Feira	18h



“Difícilmente os dirigentes de outros poderes cometem improbidades sem o aval do Judiciário”

Em entrevista à TV Senado, exibida no dia 07 de maio, a Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, analisa os avanços conquistados a partir da Constituinte de 1988 e comenta as mazelas enfrentadas pelo Poder Judiciário brasileiro, referindo-se, inclusive, às formas mais utilizadas para a prática de corrupção que têm sido objeto de investigação.

TV Senado: O Conselho Nacional de Justiça, quando foi criado há quase seis anos, provocou polêmica. Como a senhora avalia o desempenho do CNJ?

Eliana Calmon: Antes de responder, eu gostaria de esclarecer para a nação brasileira o que é o CNJ e como está a Justiça brasileira, pois estamos falando de cidadania, de brasileiros que batem às portas da Justiça a todo dia e a toda hora, por isso é um assunto que interessa a todos.

O Poder Judiciário sempre foi muito cioso da sua independência, como tem que ser. Um juiz que não esteja na sua plenitude de independência não merece a confiabilidade dos cidadãos, que depositam nas mãos dele as soluções de grandes problemas. Daí a necessidade do juiz ser independente. Quando se falou em fazer um controle externo da magistratura, ficamos preocupados com a interferência política dentro dos Tribunais, porém, com a evolução, chegamos a um consenso de que era preciso haver melhoras no Poder Judiciário.

A Constituição de 1988 foi moderníssima e trouxe para a Nação alguns direitos modernos, de terceira geração. Pela primeira vez houve uma idéia de coletividade

e expos a fragilidade de grupos que não eram destacados pela sociedade, porém, tudo isso demandava um Judiciário moderno e que estivesse aberto para estas políticas sociais modernas. Por nossa culpa (magistrados), foi feito um lobby muito corporativo, fazendo com que o Judiciário se delineasse de forma muito tímida, e o legislador deu independência econômica, financeira e administrativa aos Tribunais, porém ao mesmo tempo o formato do Judiciário ainda ficou antigo, napoleônico, onde os magistrados eram servidores do Imperador, servindo ao Estado e não à cidadania.

A partir daí, houve a necessidade de apressar a reforma e, a partir de 1988 até a reforma do Judiciário em 2004, muito pouco se evoluiu na cultura do Judiciário. Eu sempre dizia antes da Constituição de 88 que, se não fizéssemos a nossa própria reforma, ela viria de fora para dentro, o que possivelmente seria traumático. Houve também a necessidade de que outros segmentos da sociedade tivessem o olhar de cidadania para dentro do Poder Judiciário.

Então a senhora considera que esse formato criado a partir da Reforma do Judiciário é perfeito e tem funcionado?

É perfeito porque não é só o olhar do Judiciário apenas, mas também do Ministério Público, do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Universidades, enfim, são os diversos segmentos da sociedade que estão ali representados, daí essa abrangência de visão. Alguns falam, por exemplo, que este Tribunal não obedece às regras de processo, e eu digo

sempre que não é para obedecer, pois não queremos “judicializar” os processos administrativos que tramitam no CNJ. Queremos inclusive tirar um pouco deste formalismo do Judiciário para termos uma prestação mais rápida e precisa. O Judiciário é lento, pois está pautado em outros princípios, como o da segurança jurídica. Nós fazemos a avaliação da legalidade sob o ponto de vista administrativo, pois esta abrangência torna o Tribunal bem mais leve e suave, pois não “judicializamos” as questões e a visão do magistrado é muito formal.

Como a senhora encara as eventuais críticas que surgem de que o CNJ está exorbitando de suas funções ao questionar e reformar sentenças de juizes de instâncias inferiores?

É natural que exista este inconformismo. Quem durante dois séculos não teve qualquer controle, naturalmente não vai gostar de estar devidamente monitorado por um órgão, principalmente quando este órgão é formado de componentes de diversos segmentos da sociedade, portanto esse inconformismo é sociologicamente bastante compreensível. Porém, aos poucos vamos demonstrando que é necessário que haja este controle, pois, quando o CNJ chegou, encontrou um Poder Judiciário absolutamente esfacelado sob o ponto de vista administrativo.

Temos 27 Tribunais de Justiça estaduais, fora a Justiça do Trabalho, Militar e Federal, o que dá ao todo 92 Tribunais. Os estaduais, que são mais comuns para os cidadãos, eram absolutamente ilhas isoladas, pois tinham administrações pessoais e administravam de acordo com a sua cultura e critério, tudo como bem entendiam, fazendo com que um Tribunal não se comunicasse com o outro.

Ora, nós temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal que é federal, e uma LDO única para todos. Temos que cumprir as regras e os princípios da lei orçamentária, isso sem contar com as regras em relação aos servidores públicos, que também são regras federais.

Encontramos aplicações diferentes em cada Tribunal, como por exemplo, no da Bahia, que é a minha terra, encontramos cinco regimes jurídicos diferentes para servidores, de tal forma que eles tinham gratificações e remunerações diferentes fazendo o mesmo trabalho. Cada desembargador que chegava criava uma espécie de gratificação, colocava meia dúzia de apadrinhados e, quando esse magistrado saía, os mesmo ficavam lá. O outro que chegava depois não alterava nada, mas já criava também o seu pequeno feudo. Quando chegamos, a coisa começou a ficar tão preocupante e difícil de ser monitorada com tantos regimes para serem administrados que eles criaram uma autarquia só para administrar a Justiça, fugindo todo o controle do Poder Judiciário, pois não obedeciam a tetos nem regras.

E essa situação, em função da ação direta do CNJ, vem se alterando?

Sim, pois, o principal papel do Conselho é uniformizar as práticas administrativas, financeiras e disciplinares nos Tribunais. Começamos a colocar regras nas administrações e estabelecer critérios de administração iguais em todos os Tribunais naquilo que é preciso ser igual, porque uniformizar as regras é uma forma de baratear custos e fazer controles.

O CNJ uniformizou e criou regras específicas, deixando uma margem considerável para ser administrada de acordo com as peculiaridades de cada Tribunal. Estabelecemos também amplos limites, porém muitas vezes os Tribunais começam a reclamar. Estou na Corregedoria há sete meses e observei que já houve uma evolução muito grande, pois, é preciso ir com algum cuidado quando há uma cultura de não ter controle das regras. Fica difícil chegar e impor regras, mas mostramos que temos ferramentas técnicas de administração, pois nos pautamos em muitas experiências de empresas privadas para administrar a Justiça de forma eficiente, que é o que nos preocupa.

Nós nos colocamos da seguinte

forma: oferecemos as ferramentas adequadas e, se não quisermos, não entramos no Tribunal. Agora, as conseqüências de quem não cumpre as políticas traçadas, são as conseqüências que o Tribunal vai assumir porque estabelecemos as sanções.

Os Tribunais têm evitado cumprir as regras?

No início, pelo que eu vi do histórico do CNJ, houve grande resistência. Atualmente, porém, tenho conseguido algumas coisas que considero até miraculosas. Tem um determinado Tribunal que possui problemas muito sérios, inclusive de corrupção, que já foi identificado não só pelo CNJ, mas também pela própria Justiça. Seu presidente, vice e o corregedor estão tentando resgatá-lo e vieram pedir auxílio a mim e eu disse que podem contar com o braço forte do CNJ e da Corregedoria, orientando-os sobre como elaborar seu orçamento, organizar os precatórios através de nosso núcleo de controle, como fazer a folha de pagamento tirando os excessos, entre outras ferramentas do CNJ. Um fato pitoresco após a visita da

cúpula deste Tribunal foi que o presidente me confessou que se sentia fortalecido, como se tivesse tomado Biotônico Fontoura.

Como a senhora encara uma sentença suspeita, como por exemplo, uma indenização exorbitante? Até onde vai esse limite entre a soberania do juiz e o questionamento de uma questão judicial suspeita de ter sido de forma não correta?

É uma ótima pergunta, para que a gente mostre exatamente onde é que estão as coisas. O CNJ é um Tribunal administrativo, portanto sua competência é para fazer correção de atos administrativos. Os desmandos e a corrupção nascem das decisões judiciais, quando o juiz comete improbidade através de suas decisões, que não podem ser analisadas através do CNJ, devem ser analisadas através

dos recursos. Muitas vezes as situações fáticas se consolidam de forma irreversível e é exatamente nisso que apostam os corruptos que, no Poder Judiciário, são poucos. O que se pensa hoje e o que se tem de moderno em termos de controle é que a decisão judicial absolutamente deformada, que foge da normalidade e não está contida nas razões jurídicas, podem e devem ser corrigidas, pois têm efeitos imediatos.

Sou juíza de carreira, estou há 32 anos na magistratura e posso dizer com segurança que a maioria, talvez 96% da magistratura é correta e digna, porém, em uma sociedade tão esgarçada como a nossa, sempre existem as ovelhas negras.

O poder de um juiz que está com a caneta na mão é muito grande, portanto quando temos um magistrado corrupto, o mal que ele

faz para o Poder Judiciário é uma coisa incrível. Estes precisam ser extirpados o mais rápido possível.

Essa situação de corrupção no Judiciário tem melhorado?

Nós tínhamos um Judiciário absolutamente ineficiente antes da Constituição de 88. Ao mesmo tempo em que trouxe vantagens, ela também aumentou o prestígio do Judiciário, abrindo as portas da corrupção. Hoje, dificilmente os dirigentes de outros poderes cometem improbidades sem o aval do Judiciário, chamando seus integrantes para fazer parcerias. Dificilmente nós encontramos membros do Judiciário sozinhos em atos de corrupção, a não ser pequenas coisas como alvarás e indenizações dadas por juizes. Os grandes crimes dentro do Judiciário ocorrem através dos outros poderes, inclusive já identificamos Estados que estão com essa situação.

Fonte: TV Senado

A entrevista integral pode ser acessada no site do Senado: www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?COD_VIDEO=77622

FOJEBRA promoverá seminário com a presença da Ministra Eliana Calmon

Brasília será a sede do Seminário promovido pela FOJEBRA "Justiça Una: Ficção ou Realidade?". O evento acontecerá no dia 15 de junho, à partir das 9 horas, no Hotel Nacional e estará voltado à análise da atual conjuntura do Poder Judiciário, políticas de reforma e o papel do Oficial de Justiça neste contexto.



Ministra Eliana Calmon abdica da condição de magistrada e fala como cidadã

Em visita a São Paulo, a Ministra Eliana Calmon, Corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), prestigiou o projeto de conciliação do TJ-SP e fez importante pronunciamento durante a inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (3/3). "Os magistrados costumam falar sentados, porém estou aqui hoje falando como cidadã brasileira". Assim a Ministra Eliana Calmon iniciou o seu discurso.

O Centro deverá conduzir o projeto Conciliação SP, com apoio da Seção de Direito Privado do TJ e do CNJ, em conformidade com o disposto na Resolução 125, do CNJ. A parceria vinha sendo traçada entre a Ministra e o falecido presidente do Tribunal de Justiça, des. Antônio Carlos Viana Santos. Para a Ministra, o projeto é uma oportunidade para desafogar as repartições e diminuir o conservadorismo do Poder Judiciário. "Nesse momento se faz conciliação em grande escala para a realização do Direito. A conciliação vem para eliminar conflitos de interesse. É uma oportunidade para que o Poder Judiciário reverta o jogo e mostre que pode ser eficiente", afirmou. Representando o Tribunal de

Justiça de São Paulo, o coordenador do Centro de Solução de Conflitos, des. Ademir de Carvalho Benedito ressaltou que, inicialmente, o Setor de Conciliação do TJ era desacreditado, mas foi ganhando corpo, estrutura funcional e crescendo, embora de forma precária. De acordo com o presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal paulista, des. Maia da Cunha, a conciliação é uma das formas mais eficazes de reduzir o número de processos.



Magistrados, conselheiros do CNJ, servidores e advogados prestigiaram o evento.

"O acordo gerado na conciliação é definitivo. Com ele, o processo morre", afirmou Cunha. Na platéia, conselheiros do CNJ que acompanharam a ministra, advogados, servidores do Judiciário, Entidades de classe, inclusive a AOJESP, representada por sua presidente Yvone, que parabenizou a atitude da ministra Eliana Calmon em quebrar o protocolo e falar como cidadã.

Yvone cumprimenta a Ministra Eliana Calmon pela sua corajosa palestra.



Departamento Jurídico lutando pelos direitos dos associados

Ação dos 6%

Ação contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e IPESP, visando a devolução dos 6% cobrados a título de previdência dos aposentados, no período de 1998 a 2003. No momento, onze ações encontram-se em fase de execução.

FAM

Visa receber os valores que o Tribunal não repassou aos servidores, nos períodos compreendidos entre 1989 a 1994. A maioria das ações encontram-se em fase de execução, inclusive com diversos ofícios requisitórios de precatório de natureza alimentar já expedidos.

Mandados de segurança pela greve 2004

Contra os descontos dos dias parados e pela anotação dos dias-greves como faltas injustificadas. Atualmente, encontra-se em Brasília aguardando julgamento.

Ação da lei 500/74

Ação que visava a declaração do direito de gozo de licença prêmio aos servidores contratados nos termos da Lei 500/74. Atualmente, encontram-se em fase de apostilamento junto ao Tribunal de Justiça.

6ª parte

Ação que visa recálculo da 6ª parte, prêmio conferido aos servidores após 20 anos de trabalho no serviço público.

Quinquênio

Ação que busca o recálculo do prêmio e restituição dos valores pagos a menor.

Habilitação de crédito para pensionistas

Busca a restituição de 25% da diferença da pensão, para os casos de pensionistas que obtiveram a pensão no período de 1991 a 2003. Quatro grupos estão em fase de liquidação da sentença.

Ação da Data base

Tem por objeto compelir o Estado a indenizar as perdas salariais em decorrência da não aplicação inflacionária anualmente. Ações encontram-se represadas no Tribunal de Justiça, aguardando julgamento pelo STF, em razão da repercussão geral que envolve a matéria.

Salário base

Visa a equiparação do salário base ao mínimo legal. Com a edição da súmula 16 do Supremo Tribunal Federal para afirmar que não existe mais o referido direito. Todavia, há um grupo que, em razão da FESP não ter recorrido ao STF, foi mantida decisão do TJSP, sendo que apenas a referida ação encontra-se em fase de execução. As demais foram indeferidas, em razão da referida súmula.

CADIN – Bloqueio de diligências dos Oficiais de Justiça

Ações propostas em defesa dos Oficiais de Justiça associados, para que a Fazenda paulista não bloqueasse o depósito das diligências gratuitas, foram julgadas procedentes. Os estudos realizados pelos advogados da Entidade demonstraram aos Magistrados que o reembolso das diligências, em especial as “gratuitas”, tem natureza salarial e é destinada a reposição das despesas que o Oficial tem no cumprimento das inúmeras diligências que realiza. Com a procedência das diversas ações propostas pelo Jurídico da AOJESP, o Tribunal e a Secretaria da Fazenda entenderam por bem proferir soluções administrativas para que o depósito seja realizado regularmente.

Novas ações

O Departamento Jurídico da AOJESP está promovendo ações visando a indenização em pecúnia dos Servidores que obtiveram seus pedidos de Licença-prêmio e férias indeferidos por absoluta necessidade de serviço. Os advogados da AOJESP também estão estudando minuciosamente duas ações contra do Tribunal de Justiça, uma com escopo de recuperar o RETJ 150% - direito retirado dos Oficiais - e a outra visando a devolução dos valores retidos mensalmente a título de diligência dos Oficiais de Justiça.



Jurídico da AOJESP reverte demissão a bem do Serviço Público

O Departamento Jurídico da AOJESP reverteu demissão a bem do Serviço Público de uma Escrevente, para o art. 251, I do Estatuto (repressão). São cinco advogados na Entidade e, recentemente, mais um profissional foi contratado para atuar em Brasília para defender a classe dos Oficiais de Justiça no Mandado de Injunção da Aposentadoria Especial: 20 anos para as mulheres e 25 para os homens.

Confira as novidades sobre o Mandado de Injunção pela Aposentadoria Especial

O resultado do Mandado de Injunção que requer a Aposentadoria Especial impetrado pela AOJESP está perto de uma definição. No mês de abril, o advogado da Entidade e da FOJEBRA, Dr. Rudi Cassel, entrou com um requerimento de expedição de “certidão de objeto e pé”. Ocorre que muitos processos semelhantes que estão na mão de alguns ministros estão sendo sobrestados para aguardar o julgamento do Mandado de Injunção 833, impetrado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro (SISEJUF/RJ), e que se encontra na mesa da ministra Cármen Lúcia. Com isso, as pressões se voltam para que ela julgue o processo. “Uma vez aplicada a Aposentadoria Especial para os Oficiais de Justiça de São Paulo, certamente haverá um êxodo na classe”, ressaltou a presidente da AOJESP, Yvone Barreiros Moreira.

Leia mais na página 6 desta edição.

Mais sobre Aposentadoria Integral

Quando o servidor público se aposenta por invalidez permanente, seja por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave contagiosa e incurável, deve receber os proventos integrais. Logo, o mandado de segurança 14.160/DF, que tem como relator o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, anula o trecho da portaria 1.497, de 21/10/2008, do Advogado Geral da União, que determinou o cálculo proporcional da aposentadoria do impetrante, devendo ser mantido o pagamento integral dos proventos em conformidade com o art. 40, § 1º, I da CF/88, nos termos do parecer do MPF.

Um blaster de 82 anos quebra a Emenda Constitucional nº 62/2009

O Órgão Especial do TST determinou o seqüestro da dívida das contas do Rio Grande do Sul para pagar o precatório de um gaúcho de 82 anos com câncer na próstata. Ele vai receber R\$ 97.219,65 em ação trabalhista movida em 1995. A decisão tem a máxima importância para se provar a supremacia da vida, a dignidade humana e a recompensa para quem trabalhou duramente durante a vida. O idoso trabalhava no Instituto Gaúcho de Reforma Agrária e preparava, calculava e instalava dinamites para destruir rochas em abertura de estradas, pedreiras e minas durante 12 horas por dia, porém foi demitido, sem justa causa, em março de 1994. Conforme nota recente do ministro Eros Grau, do STF, a lei tem que ser flexível em situações de exceção, dizendo que “não é a exceção que se subtrai à norma, mas ela que, suspendendo-se, dá lugar à exceção”.

Juízes querem fundo de pensão que engorde suas aposentadorias

O Conselho Nacional de Justiça cria comissão para elaborar fundo de pensão para juízes que pode garantir aposentadorias de até R\$ 70 mil mensais, para quem contribua com apenas R\$ 2,9 mil. Enquanto o país enxuga a máquina apertando os servidores públicos e retirando direitos, os magistrados procuram uma maneira de aumentar suas aposentadorias às custas dos cofres públicos. O que você acha disso?

AOJESP desvenda cálculos de reajuste dos salários dos Servidores do Judiciário



Visando atender nossos associados e entender a metodologia do cálculo de reposição sobre a Gratificação Judiciária, fomos buscar explicação no SGRH do Tribunal de Justiça, (a quem agradecemos a atenção e presteza), de como se aplicar o índice aos vencimentos para as 54 Classes (cargos) publicados no Diário de Justiça Eletrônico.

Para isso, desenvolvemos a formulação abaixo tendo em vista a criação de um parâmetro, mesmo que mínimo e sujeito a alterações que o refinem, mas, ao mesmo tempo, o torne compreensível e que possa ser aplicável nas próximas negociações para reposições e/ou aumentos reais.

Entendemos que a utilização de reposições, via resoluções, é mais rápida e ágil para a Administração do TJ sobre a Gratificação Judiciária, ao invés da fixação por Lei Complementar em cima dos Vencimentos e Proventos, sendo, no entanto, mais sujeita a confusões e menos transparente.

A AOJESP sempre foi e sempre será a favor da incorporação das gratificações, abonos e demais penduricalhos aos vencimentos básicos. É preciso lembrar repetidamente que, quando o funcionário se aposenta, carrega perdas significativas para a inatividade e, o fato de se ter reposição - pela inflação passada e com meses de atraso - aliado a percentuais pequenos de evolução na carreira, quando se tem, transforma seus proventos em valores muitos próximos ao Vencimento Inicial de sua categoria.

Somente reposições, reajustes e aumentos reais incidindo diretamente sobre a integralidade dos vencimentos fariam justiça a trinta ou trinta e cinco anos de trabalho dispensados ao TJ.

FÓRMULA DE CÁLCULO PARA A REPOSIÇÃO DOS VENCIMENTOS
SALÁRIO INICIAL X ÍNDICE DE REAJUSTE = VALOR NOMINAL
VALOR ATUAL DA GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA + VALOR NOMINAL = NOVO VALOR DA GJ
NOVO VALOR DA GJ ÷ REF. 1A X 100

A título de exemplo, o Vencimento Inicial de **Oficial de Justiça** é conforme o comunicado SGRH nº 103/2011, R\$ 3.395,48, dessa maneira:

3.395,48 x 6,43% que será igual a R\$ 218,33, utilize sempre duas casas depois da vírgula, podendo haver arredondamento para cima. Em seguida, soma-se o valor encontrado ao valor atual da Gratificação

Judiciária, que no caso dos Oficiais de Justiça, encontra-se fixado em R\$ 1.572,50 (Ref. 1A - 740 x 212,9%).

$$R\$ 1.572,50 + R\$ 218,33 = \mathbf{R\$1.790,83}$$

Este é o novo valor da Gratificação Judiciária que dividida por 740 da ref.1A aponta o Percentual Novo contido no Anexo da Resolução nº 543/2011, ou seja: R\$ 1790,83 ÷ 740 = **242,5**.

Para uma melhor visualização dos cálculos acima, oriente-se pela tabela que segue:

OFICIAL DE JUSTIÇA
R\$ 3.395,48 X 6,43% = R\$218,33
R\$ 1.572,50 + R\$ 218,33 = R\$1.790,83
R\$1.790,83 ÷ 740 X 100 = 242,5

Calculando para **Escrevente Técnico Judiciário**, temos R\$2.915,80 que multiplicado por 6,43% será igual a R\$ 187,49, que somado a GJ atual dos Escreventes nos dá R\$ 1605,33 que dividida pelos mesmos 740 da Ref.1A, mostra o Percentual Novo da Resolução 543/2011;

$$1605,33 \div 740 = \mathbf{216,94}$$
 que foi arredondada para 217.

ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO
R\$2.915,80 X 6,43% = R\$187,49
R\$1.417,84 + R\$187,49 = 1.605,33
R\$1.417,84 ÷ 740 X100 = 216,94 ≈ 217

Ainda a título de exemplo, como exercício de fixação, usamos a classe dos **Agentes Administrativos Judiciários**, cujo Salário Inicial é de R\$ 1.796,38.

Assim, R\$ 1.796,38 x 6,43% = R\$ 115,51
 Gratificação Judiciária atual R\$ 842,12
 R\$ 842,12 + R\$ 115,51 = R\$ 957,63
 957,63 ÷ 740 = **129,4** ≈ 129,5 como Percentual Novo publicado na resolução nº 543/2011.

AGENTE ADMINISTRATIVO JUDICIÁRIO (ex-Auxiliar Judiciário)
R\$1.796,38 X 6,43% = R\$115,51
R\$842,12 + R\$115,51 = R\$957,63
R\$957,63 ÷ 740 X100 = 129,5

Dessa maneira, esperamos ter dirimido as dúvidas dos nossos associados, reiterando que os cálculos serão sempre feitos sobre o padrão inicial de vencimentos e tabelas.

Lembramos ainda que os valores mencionados de reajustes são brutos, isto é, **ainda sofrerão descontos de Imposto de Renda e Previdência**, sendo os valores líquidos menores.

Para finalizar, chamamos a atenção dos nossos **associados que não estão no início de carreira**, para que façam seus cálculos utilizando esta fórmula e busquem informações no caso de discrepâncias em seus vencimentos.

SINDOJUS/MG recorrerá de decisão esdrúxula de conselheiro do CNJ

O SINDOJUS/MG protocolizou, em 29/3, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Pedido de Providências requerendo, liminarmente, que o Conselho determinasse ao TJMG a exoneração imediata de todos os cidadãos designados para o cargo de Oficial de Justiça Avaliador sem vínculo estatutário com o TJ mineiro. Requereu, também, o acolhimento do Pedido de Providências no sentido de determinar que o TJMG se abstenha de nomear/designar cidadãos sem vínculo estatutário para exercerem o mesmo cargo, e que encaminhe projeto de lei prevendo a efetivação das regras estabelecidas nos artigos 58 e 63 da Lei Complementar 105/2008.

No dia 12/5, o conselheiro-relator do CNJ decidiu pelo arquivamento do Pedido do Sindicato, sob a alegação de que a matéria já havia sido analisada pelo CNJ e está "judicializada" pelo próprio Sindicato, por meio do Mandado de Segurança nº 28015/2009, o que, no seu entender, impede o conhecimento desse procedimento. Quanto a esse argumento, o SINDOJUS/MG esclarece que desistiu do referido Mandado de Segurança e comunicou isso ao conselheiro em documentação acostada nos autos, que, lamentavelmente, ele não leu ou levou em consideração. **Fonte: Sindojus/MG**

Greve continua firme no Estado de Pernambuco

Após reunião realizada no dia 16 de maio, onde representantes do SINDJUD-PE ouviram a contraproposta do TJ/PE, que quer aumentar a jornada de trabalho em uma hora e parcelar em duas vezes o reajuste salarial, além de não levar em consideração as perdas inflacionárias dos últimos três anos, a categoria aprovou em ampla maioria a rejeição desta proposta, reafirmando a pauta de reivindicação encaminhada ao TJ no início do ano. Na pauta reivindicatória da categoria está previsto o percentual estimado de 17,31%, com base na inflação medida pelo IPCA, relativa ao período de maio de 2008 a abril de 2011, em cumprimento ao Artigo 2º da Lei 13.550/08, sem o atrelamento ao aumento da carga de horária.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA VAI DESCONTAR A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL?

Quais seriam as causas que levam algumas associações de servidores do Judiciário a, repentinamente, converterem-se em sindicatos? No Judiciário de São Paulo existia, até pouco, somente um sindicato de servidores que, comprovadamente, nada fez por esses trabalhadores. Entretanto, tem uma constante preocupação: pertencer a uma Central Sindical e uma Federação. Quais federações já obtiveram conquistas, exigiram os direitos dos servidores em ações judiciais ou conquistaram leis? Nenhuma. Reuniões e mais reuniões, "bla-bla-bla" e disputa de espaço entre as entidades. Dezenas de Entidades e nada conquistado para os trabalhadores públicos, a não ser as migalhas liberadas pelos poderes Executivo e Judiciário.

CSPB

Como organizar essa massa que leva a administração pública nas costas com vencimentos insuficientes? Organizando-os por intermédio de uma Entidade superior, uma Confederação. E o que está fazendo a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), sediada em Brasília, onde verdadeiramente se decidem os destinos dos assalariados. A CSPB presidida pelo companheiro João Domingos Gomes dos Santos, Entidade sindical máxima no sistema confederativo, representante dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, CNPJ sob nº 34.166.181/0001-42 impetrou MANDADO DE SEGURANÇA preventivo contra a Assembleia Legislativa e contra o Tribunal de Justiça, por atos omissivos, por não terem determinado o recolhimento da contribuição



sindical compulsória dos servidores públicos, a única forma de manutenção das Entidades sindicais, sem o que esses trabalhadores públicos não conseguem organizar-se. A CSPB argumenta sobre a instrução normativa nº 1, de 30 de setembro de 2008, baixada pelo MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, com fundamento no art. 87, II da Constituição Federal.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, na pessoa do presidente Des. Vallim Bellocchi, decidiu pela inexistência da cobrança de um dia da remuneração de todos os servidores públicos civis, ativos, e inativos, aposentados e pensionistas (confirmando duas decisões do Órgão Especial e da Comissão Salarial), a Assembleia Legislativa, na pessoa do procurador-chefe da Casa, René Luiz Moda, também apresentou parecer contrário à cobrança da contribuição, baseando-se no princípio da legalidade tributária. A Procuradoria Geral de Justiça, na pessoa do Promotor de Justiça, em 2º grau, Gustavo Zorzella Vaz, fundamentado em jurisprudência e na CLT, argumenta no sentido da concessão da ordem.

A Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo

(AOJESP) está entrando nos autos do processo. Para que não hajam dúvidas sobre os fatos, é preciso lembrar que a AOJESP, moveu ação contra o Sindicato União, há tempos, por ter descontado a contribuição sindical, da maioria dos servidores do judiciário, com mais de dois mil autores Oficiais de Justiça, Escreventes e Auxiliares Judiciais. Observe como funciona a Lei. A contribuição sindical compulsória funciona assim:

o Art. 589. Da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho: (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976) II - para os trabalhadores: (Redação dada pela Lei nº 11.648, de 2008)

- a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; (Incluída pela Lei nº 11.648, de 2008)
- b) 10% (dez por cento) para a central sindical; (Incluída pela Lei nº 11.648, de 2008)
- c) 15% (quinze por cento) para a federação; (Incluída pela Lei nº 11.648, de 2008)
- d) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e (Incluída pela Lei nº 11.648, de 2008)
- e) 10% (dez por cento) para a Conta Especial Emprego e Salário; (Incluída pela Lei nº 11.648, de 2008)

E.T. No Poder Judiciário do Estado de São Paulo, somos 50.748 servidores em atividade e ao todo 63.769.

Yvone Barreiros Moreira
Presidente da AOJESP,
Diretora de Formação Sindical da FOJEBRA e Diretora da FESPESP

Oficiais do Ceará na luta pelas 40 horas

O Presidente do SINDOJUS/CE, Mauro Xavier, reuniu-se no dia 11/5 com a assessores da presidência do Tribunal de Justiça do Ceará. O Sindicato pediu o cumprimento da Resolução nº 88 do Conselho Nacional de Justiça e

de sua decisão Plenária ocorrida dia 1 de março. Mauro frisou que a categoria irá encaminhar e decidir medidas administrativas cabíveis em Assembleia Geral que será realizada no próximo dia 03 de junho, porém a Assessora Especial garantiu que o Presidente do TJ/CE se reunirá com Direto-

res do SINDOJUS/CE antes desta data. O diretor de Formação Sindical da entidade, João Batista de Sousa informou também que a jornada de 40 horas não foi implantada ainda em virtude da não liberação, por parte do Poder Executivo, de suplementação de verba.

Chuva e ventos fortes danificam Colônia. Apesar dos prejuízos, tudo é recuperado em poucos dias

O hotel-colônia da AOJESP, um dos melhores estabelecimentos hoteleiros da região de Caraguatatuba, foi vítima de um desastre natural no fim de fevereiro, dez dias antes do carnaval. Fortes chuvas acompanhadas por rajadas de vento destruíram parte da fachada, arrancando árvores e causando um prejuízo estimado em mais de R\$ 50 mil. As espreguiçadeiras, cadeiras e mesas foram atiradas na piscina. Segundo o administrador da colônia da AOJESP, Paschoal Salerno Neto, o vento foi tão forte que parecia um tufão. "Caiu tudo, queimou o elevador, queimou o PABX, 18 painéis de vidro foram destruídos. Foi um desastre" disse. Felizmente, nenhum dos funcionários ou hóspedes ficou ferido. A tempestade afetou outras colônias da redondeza. Uma delas perdeu o telhado e teve que suspender o atendimento, enquanto outra ficou sem a grade de proteção.

A colônia da AOJESP é conhecida por receber diversos artistas que se apresentam na região, seminários, encontros, conferências e, principalmente, por ter sido projetada por Oscar Niemeyer.



A presidenta Yvone tomou todas as providências para a reconstrução. Tudo foi recuperado e o atendimento foi mantido, sem prejudicar os hóspedes que passaram o carnaval na Colônia.

Oficiala de Justiça é obrigada a tirar a roupa diante de detector de metais

O absurdo aconteceu quando ela foi intimar um preso no Centro de Detenção Prisional (CDP) de São Bernardo do Campo

Chegou à AOJESP a informação de que uma Oficiala foi intimar um preso no Centro de Detenção Prisional (CDP) de São Bernardo do Campo e foi proibida de entrar na Instituição. Ao tentar passar repetidas vezes pelo detector de metais, sem sucesso já que o mesmo sempre alarmava, o policial disse que a Oficiala poderia ter metal no sutiã. A mesma comunicou que não tinha nada por baixo, nem sutiã. Mas não adiantou, o policial continuava impedindo a oficiala de adentrar. Indignada com a situação, a Oficiala levantou sua blusa à altura do pescoço e provou que não levava nada por baixo.



Oficiais enfrentam violência e risco de vida no cumprimento de mandados

Dois Oficiais de Justiça foram agredidas por dois homens armados no último dia 25 de maio, em São Bernardo do Campo. Segundo

Yvone pede melhorias na infraestrutura turística de Caraguatatuba



Na reunião, Yvone conheceu o projeto (ao lado) da nova Praça São Paulo, que o prefeito Antonio Carlos prometeu construir.

A presidenta da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP), Yvone Barreiros Moreira, esteve reunida com Antônio Carlos da Silva, prefeito de Caraguatatuba, onde fica a colônia de férias da Entidade (28/3). Yvone reivindica há anos a reurbanização do Jardim das Colônias e do centro turístico do município.

Desta vez, além do projeto, a presidenta reivindica a construção de uma obra do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, na praça que fica próximo às colônias. Yvone quer prestar uma homenagem ao arquiteto de 103 anos, de reconhecimento internacional, que desenhou a colônia da AOJESP. "Ele fez o projeto muito mais por ideologia", contou a presidenta.

De acordo com o prefeito, a avenida de acesso à região será duplicada e o centro turístico reformado. Além disso, Antônio Carlos se comprometeu a construir a Praça São Paulo, que ficará próxima à colônia. Sobre a homenagem ao arquiteto, o prefeito mostrou-se favorável, e pediu apoio a presidenta da AOJESP para fazer o contato com Niemeyer.

Na oportunidade, Yvone também reivindicou uma linha de ônibus partindo da rodoviária para as colônias de férias, que atenda o público que não dispõe de condução própria. Outra solicitação, feita pela AOJESP, foi para que a prefeitura de Caraguatatuba libere o estacionamento gratuito para todos os Oficiais de Justiça, quando em serviço.

relatos das próprias vítimas, elas foram ameaçadas por serem servidoras do Judiciário. "Vocês vieram prender gente da boca", disseram para as vítimas. Um dos acusados foi preso no mesmo local onde ocorreram as agressões, portando os mandados que foram roubados das oficiais. As oficiais foram unânimes ao ressaltar um fator importante na prisão de um dos agressores: A atuação do juiz Corregedor da Comarca de São Bernardo do Campo, que convocou a polícia para investigar o caso. "Se não fosse a interferência do magistrado, o fato ocorrido conosco teria sido somente mais um mero boletim de ocorrência", destacou uma das vítimas.

Oficial de Justiça é assaltada no litoral paulista

Uma Oficial de Justiça da Comarca de São Vicente foi assaltada no dia 30 de maio, no Bairro Vila Margarida, em pleno exercício da função. Segundo a vítima, o ladrão, que aparentava ser menor de idade, roubou sua aliança de casamento e celular sob ameaças de morte. Além de ressaltar o evidente descaso do Tribunal de Justiça com seus servidores que correm riscos diários nas ruas, a servidora também criticou a falta de policiamento e de telefones públicos no bairro. "Só consegui ligar para a polícia com a ajuda de uma moradora do bairro, pois todos os telefones públicos que tentei utilizar estavam quebrados", explicou a servidora.

A AOJESP oferece diversas opções de planos médicos. Escolha o seu!

LIGUE Adesões ou informações com Cleunice ou Gislaire (11) 35857806 ou 35857809

UNIMED Federação do Estado de São Paulo - FESP		
Faixa Etária	Enfermaria	Apto. c/ acomp.
0 - 18 anos	R\$ 115,23	R\$ 136,28
19 - 23 anos	R\$ 137,96	R\$ 165,55
24 - 28 anos	R\$ 153,24	R\$ 183,88
29 - 33 anos	R\$ 159,66	R\$ 191,59
34 - 38 anos	R\$ 179,61	R\$ 215,53
39 - 43 anos	R\$ 215,76	R\$ 258,96
44 - 48 anos	R\$ 253,45	R\$ 304,14
49 - 53 anos	R\$ 288,56	R\$ 346,28
54 - 58 anos	R\$ 368,16	R\$ 441,79
59 anos ou mais	R\$ 511,08	R\$ 613,28
UNIMED Oeste Paulista		
0 - 18 anos	R\$ 115,23	R\$ 136,28
19 - 23 anos	R\$ 137,96	R\$ 165,55
24 - 28 anos	R\$ 127,70	R\$ 183,88
29 - 33 anos	R\$ 159,66	R\$ 191,59
34 - 38 anos	R\$ 179,61	R\$ 215,53
39 - 43 anos	R\$ 215,76	R\$ 258,96
44 - 48 anos	R\$ 253,45	R\$ 304,14
49 - 53 anos	R\$ 288,56	R\$ 346,28
54 - 58 anos	R\$ 368,16	R\$ 441,79
59 anos ou mais	R\$ 511,08	R\$ 613,28
UNIMED Vale do Paraíba		
0 - 17 anos	R\$ 140,29	R\$ 167,60
18 - 29 anos	R\$ 140,29	R\$ 167,60
30 - 39 anos	R\$ 140,29	R\$ 167,60
40 - 49 anos	R\$ 253,10	R\$ 302,99
50 - 59 anos	R\$ 253,10	R\$ 302,99
60 - 69 anos	R\$ 359,51	R\$ 430,38
70 anos ou mais	R\$ 359,51	R\$ 430,38
UNIMED Nordeste Paulista		
0 - 39 anos	R\$ 119,74	R\$ 143,32
40 - 59 anos	R\$ 216,03	R\$ 258,61
60 anos ou mais	R\$ 306,83	R\$ 367,32
UNIMED Centro Oeste Paulista		
0 - 39 anos	R\$ 143,86	R\$ 172,21
40 - 59 anos	R\$ 259,56	R\$ 310,72
60 anos ou mais	R\$ 368,65	R\$ 441,63
UNIMED Centro Paulista		
0 - 18 anos	R\$ 166,03	R\$ 198,75
19 - 23 anos	R\$ 166,03	R\$ 198,75
24 - 28 anos	R\$ 166,03	R\$ 198,75
29 - 33 anos	R\$ 166,03	R\$ 198,75
34 - 38 anos	R\$ 166,03	R\$ 198,75
39 - 43 anos	R\$ 300,42	R\$ 358,30
44 - 48 anos	R\$ 300,42	R\$ 358,30
49 - 53 anos	R\$ 322,07	R\$ 380,85
54 - 58 anos	R\$ 322,07	R\$ 380,85
59 anos ou mais	R\$ 429,89	R\$ 514,48

UNIMED FESP UNIPLAN		
Faixa Etária	Enfermaria	Apto. c/ acomp.
0 - 18 anos	R\$ 132,51	R\$ 159,03
19 - 23 anos	R\$ 158,66	R\$ 190,38
24 - 28 anos	R\$ 176,23	R\$ 211,47
29 - 33 anos	R\$ 183,61	R\$ 220,33
34 - 38 anos	R\$ 206,55	R\$ 247,86
39 - 43 anos	R\$ 248,16	R\$ 297,80
44 - 48 anos	R\$ 291,46	R\$ 349,76
49 - 53 anos	R\$ 331,84	R\$ 398,26
54 - 58 anos	R\$ 423,38	R\$ 508,05
59 anos ou mais	R\$ 587,74	R\$ 705,27

LUMINA			
Faixa Etária	Security (enf.)	Quality (apto.)	Excellence (apto.)
0 - 18 anos	R\$ 63,99	R\$ 77,85	R\$ 149,63
19 - 23 anos	R\$ 69,32	R\$ 85,32	R\$ 149,63
24 - 28 anos	R\$ 74,66	R\$ 90,65	R\$ 149,63
29 - 33 anos	R\$ 74,66	R\$ 90,65	R\$ 149,63
34 - 38 anos	R\$ 74,66	R\$ 90,65	R\$ 149,63
39 - 43 anos	R\$ 74,66	R\$ 90,65	R\$ 149,63
44 - 48 anos	R\$ 120,63	R\$ 157,46	R\$ 268,61
49 - 53 anos	R\$ 120,63	R\$ 157,46	R\$ 268,61
54 - 58 anos	R\$ 132,69	R\$ 173,21	R\$ 295,47
59 anos ou mais	R\$ 330,62	R\$ 405,27	R\$ 639,90

INTERMÉDICA - São Paulo		
Faixa Etária	Extra (enf.)	Executivo (apto.)
0 - 17 anos	R\$ 102,48	R\$ 132,88
18 - 29 anos	R\$ 161,41	R\$ 209,06
30 - 39 anos	R\$ 205,79	R\$ 265,19
40 - 49 anos	R\$ 287,08	R\$ 371,98
50 - 59 anos	R\$ 503,84	R\$ 652,82
60 - 69 anos	R\$ 577,73	R\$ 758,76
70 anos ou mais	R\$ 577,73	R\$ 758,76

Convênio Odontológico - UNIODONTO		
Número de Usuários	Valor p/usuário	Valor Total
Titular	R\$ 18,10	R\$ 18,10
Titular + 1 dependente	R\$ 18,09	R\$ 36,18
Titular + 2 dependentes	R\$ 16,82	R\$ 50,46
Titular + 3 dependentes	R\$ 15,42	R\$ 61,68
Titular + 4 dependentes	R\$ 14,47	R\$ 72,36

Taxa de Inscrição = R\$ 10,00. A adesão pode ser feita todo mês, até o dia 20, com direito de utilização a partir do dia 1º do mês subsequente.

Síndrome do Pânico: Oficiala de Justiça pede socorro

As doenças adquiridas no trabalho são cada vez mais frequentes e dramáticas. Uma Oficiala de Justiça desesperada procurou a presidente da AOJESP. Omitimos o nome da servidora, pelo medo que os Oficiais têm de punição.

Primeiro e-mail recebido:

"Tenho muitas dúvidas quanto ao meu futuro no Judiciário, por isso recorro a você. Estou afastada por motivos psiquiátricos. De síndrome do pânico, passei a ter sintomas de transtorno bipolar. Os remédios são fortes, lítio e outros. São 21 anos e meio no Tribunal de Justiça. Mandados em avalanche me trazem pânico, pavor, e não consigo produzir nada. Choro por não conseguir exercer mais minha função com a dignidade e destreza como sempre fiz. Penso em pedir exoneração, visto que nossos direitos nunca vêm... Não sei o que fazer...

Segundo e-mail recebido:

"Muitíssimo obrigada pelos conselhos. Estou retirando um remédio por vez, com um psiquiatra que tem consciência que os remédios estavam me dopando e não ajudando. Não tenho mais licenças para tirar, isto porque tive um câncer nos dois anos anteriores, em que fiz gozo dos períodos nas cirurgias (total 04). É, minha querida amiga, sinto-me mal no Fórum. Os colegas vão contra, a Central simplesmente faz carga como verdadeiros robôs e a Juíza e os Juizes não querem saber se você vai morrer trabalhando ou não. Eu já fui ao enterro de vários colegas de trabalho... o descaso é total. FÓRUM PARA MIM É SINÔNIMO DE PÂNICO... Não consigo nem entrar no estacionamento mais, como fazer quando acabar minha licença? Dediquei 21 anos e meio da minha vida naquele local, fazendo sempre jornada dupla, para agora, todos me olharem como se eu fosse preguiçosa? Ou mentirosa? É de doer...

"Diligencio hoje para atender a audiência de amanhã"

Uma Oficiala de Justiça de comarca do interior procurou a AOJESP por estar sofrendo com o excesso de trabalho e pressão no cartório. Segundo ela, o número de mandados cresce diariamente. Quando ela foi transferida para a Vara onde está lotada atualmente, encontrou várias pilhas de mandados acumulados. Os outros dois Oficiais, com quem repartiria o trabalho, encontravam-se afastados por problemas de saúde. Essa situação se manteve durante dois anos, sem que nenhum outro Oficial fosse nomeado para auxiliar no trabalho. "Eu não consigo fazer penhora e cumprir os mandados. Trabalho em regime de urgência. Diligencio hoje para atender a audiência de amanhã, o psiquiatra me prescreve remédios que ativam a serotonina. Tenho cinco filhos, trabalho honestamente e melhor que certos colegas, porém a juíza não quer me receber para conversar", desabafou. Cansada, com sintomas de depressão e síndrome do pânico, a Oficiala decidiu recorrer à AOJESP em busca de ajuda. Ela queria tirar férias em março, depois de três anos sem gozar do benefício, e não tinha nenhum Oficial para cobrir os dias. "A nomeação de funcionários tem que vir do Juiz. Eles querem que eu me vire pra encontrar algum Oficial que me cubra", afirmou.

Como "anda" o IAMSPE? De pernas quebradas?!

Muitos associados da AOJESP têm ligado para a Entidade em busca de ajuda, já que o atendimento no hospital do servidor é insuficiente e deficiente. Apesar das parcerias anunciadas, são muitas as reclamações e, em certos casos, a morosidade pode ser fatal.

Uma associada nos procurou, desesperada por não conseguir agendar consulta médica para tratar de problemas cardíacos. A servidora pública ouviu do funcionário do hospital: "Você tem que ir ligando ou consultar no site para ver quando tem médico. De repente você pode encontrar", falou o funcionário encarregado por agendar consultas.

A AOJESP também tentou agendar as consultas e constatou o mesmo problema. Um atendente sugeriu que procurássemos algum dos hospitais conveniados e nos passou os números de telefone para contato. Mas, ninguém atendeu nossa chamada. É revoltante!

Síndrome do Pânico ataca, cada vez mais, os Oficiais de Justiça

Sujeitos à condições de trabalho excessivo, estressante e mal remunerados, os Oficiais de Justiça são candidatos potenciais a desenvolver a Síndrome do Pânico. Conhecer este mal é o primeiro passo para tentar evitá-lo.

O que é Síndrome do Pânico?

Muitas pessoas sentem ansiedade e não sabem se sofrem de um ataque de ansiedade ou da síndrome do pânico. Vamos dar um exemplo: você está em uma fila há algum tempo e começa a sentir uma sensação estranha na sua garganta, sente uma espécie de aperto no peito, começa a falta de ar e parece que o seu coração saltou um batimento e de repente começa a disparar. Seu braço começa a formigar, sente uma leve tontura e depois têm uma explosão de medo enquanto teme o pior. Você está quase tendo um ataque de ansiedade e tem sensação de que vai morrer de forma iminente. Você já sentiu isso?

O que é Transtorno do Pânico?

O Transtorno de Pânico se caracteriza pela ocorrência espontânea de ataques de pânico. Os ataques de pânico duram quase sempre menos de uma hora com intensa ansiedade ou medo, junto com sintomas como palpitações, respiração ofegante e até mesmo medo de morrer. A pessoa pode ter múltiplos ataques durante um único dia até, apenas, alguns ataques durante um ano. Estes ataques podem ocorrer acompanhados por agorafobia, que é o medo de estar sozinho em locais públicos, especialmente, locais de onde uma rápida saída seria difícil em caso de ocorrer um ataque de pânico.

O que se sente?

O primeiro ataque de pânico muitas vezes é completamente espontâneo, embora os ataques de pânico, em geral, ocorram após excitação, esforço físico, atividade sexual ou trauma emocional. O ataque frequentemente começa com um período de 10 minutos de sintomas que aumentam rapidamente. Pode se sentir extremo medo e uma

sensação de morte e catástrofe iminente. As pessoas, em geral, são incapazes de indicar a fonte de seus medos. Pode haver dificuldade de concentração, confusão, aceleração do coração, palpitações, falta de ar, dificuldade para falar e um enorme medo de morrer. O ataque dura de 20 a 30 minutos, raramente mais de uma hora.

Quais as causas?

O estresse é um dos principais fatores desencadeantes da síndrome do pânico, sendo responsável por 80% dos crises. As drogas representam outro enorme fator de risco. Desde os "energéticos", na realidade estimulantes do sistema nervoso, até, evidentemente, as drogas ilícitas.

- Trabalho estressante, insalubre, tenso, decepcionante,
- Abuso de medicamentos, doenças físicas, drogas ou álcool,
- Predisposição genética.

Como se faz o diagnóstico?

O médico diagnostica o transtorno de pânico através do relato contado pelo paciente, procurando diferenciar de outras doenças físicas ou psicológicas. Muitas vezes a pessoa procura ajuda quando nota que não está mais conseguindo sair sozinha de casa por medo que ocorra um ataque de pânico.

Como se trata?

A pessoa deve procurar um médico psiquiatra ou psicólogo que provavelmente irá associar um modelo de psicoterapia com uma medicação. Ossintomas melhoram dramaticamente nas primeiras semanas de tratamento. Atualmente os medicamentos mais empregados são os antidepressivos. Os sintomas melhoram consideravelmente nas primeiras semanas de tratamento.

Fonte: Texto baseado em informações do site ABC da Saúde (www.abcdasaude.com.br)



Montanha, comida boa, sol e praia

Associados da AOJESP fizeram inesquecível passeio turístico que começou na serra e terminou no mar

A animação deu o tom do passeio que reuniu 83 pessoas, entre associados e seus convidados, com idades de dois a 90 anos. O pacote de Tiradentes e Páscoa promovido pela AOJESP incluiu transporte, hospedagem e todas as refeições. "Nossa preocupação foi manter a qualidade e o conforto, incluindo todos os gastos para que os participantes não se preocupassem em procurar restaurantes ou andar

com muito dinheiro", afirmou o responsável pelo Departamento Cultural e de Turismo da Entidade, Maurício Mazzoni.

A viagem teve início com um passeio de trem entre São Antônio do Pinhal e Campos do Jordão, onde o grupo curtiu as atrações na cidade de montanha mais famosa de São Paulo.

Descendo a Serra do Mar, os participantes se hospedaram no Hotel-

-Colônia da AOJESP em Caraguatatuba. No segundo dia, o grupo desfrutou de algumas das famosas praias do Litoral Norte.

À noite, em Ubatuba, assistiram ao espetáculo da Paixão de Cristo e jantaram no ótimo restaurante Donana.

Para encerrar o passeio, foi realizado um bingo de confraternização na Colônia, com sorteio de presentes, suvenires e dois pacotes para fim de semana em Campos do Jordão e Monte Verde.

Os interessados em curtir um final de semana com sua família, descansar, ampliar seus conhecimentos turísticos e até formar grupos de amigos, basta telefonar para o Maurício (3585-7805/04), ou escrever um e-mail para turismo@aojesp.org.br.

Turismo e Lazer para os associados da AOJESP e convidados



A Colônia de Férias da AOJESP é um marco arquitetônico na paisagem de Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo. Projeto assinado por Oscar Niemeyer, a Colônia é um completo centro hoteleiro para lazer e negócios, próximo de Ubatuba, São Sebastião, Ilha Bela e Paraty. Beleza, muito conforto, praticidade, praias limpas e uma vista espetacular do mar esperam sua visita. Venha para a Colônia. Todo o conforto de um hotel quatro estrelas. Reservas antecipadas: consulte nosso Departamento de Turismo.

**Ar condicionado • TV • frigobar • piscinas
restaurante • jardim com solarium • churrasqueira
bar • playground • sauna • moderno auditório com
100 lugares equipado com telão, som, DVD.**



O Solar dos Oficiais de Justiça fica numa área de 10.320 m², a apenas 40 minutos do centro de São Paulo!

Em plena Serra da Cantareira, o Solar oferece ar puro, sol e toda a exuberância da Mata Atlântica. Lá você pode fazer sua festa de aniversário, confraternização, casamentos e outros eventos que requerem bastante espaço e toda infra-estrutura. Descontos especiais para grupos. Consulte nosso Departamento de Turismo.

